

BB

BANCO DO BRASIL

ESCRITURÁRIO

**200 questões gabaritadas e
organizadas por assunto, conforme
edital CESGRARIO**



2021

Copyright© 2021 – DIN.CE Edções Técnicas.

Fechamento desta edição: 07.2021

©Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/98.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, sem autorização expressa e por escrito dos autores e da editora.

Banco do Brasil – 200 QUESTÕES – 40p

| | |
|-------------------------------------|---|
| Capa: Irissena | Editoração Gráfica: Gabriel |
| Diagramação: Irissena | Acabamento: Jailson / Toião |
| Ilustração: Irissena | Revisão: Autores |
| Impressão: Gráfica DIN.CE | Supervisão editorial: Vanques de Melo |

NOTA DA EDITORA: LEIA COM ATENÇÃO

As informações e opiniões apresentadas nesta apostila são de inteira responsabilidade dos autores e/ou organizadores das respectivas matérias.

A Editora DIN.CE se responsabiliza apenas pelos vícios do produto no que se refere à sua edição, considerando a impressão e apresentação. Vícios de atualização, revisão ou opiniões são de responsabilidade do(s) autor(res) ou organizador(res), respondendo este(s) pelas sanções previstas na lei.

Ressalta-se, ainda, que o conteúdo apresentado nesta apostila tem como objetivo auxiliar ao candidato na preparação ao cargo almejado. Todo o seu conteúdo é abordado de forma objetiva e resumido, o que nem sempre é suficiente para lograr o êxito almejado, qual seja, a aprovação. Sendo assim, sugerimos ao candidato que, na medida do possível, busque outras fontes de consulta.

No mais, em decorrência do pouco tempo para a realização da prova, possíveis erros de digitação ou de atualização possam ter ocorridos, isto se dá em decorrência da impossibilidade de uma revisão mais criteriosa, visto que tal serviço demandaria uma média de 30 dias para ser concluído.

Assim, a editora disponibilizará em seu site www.editoradince.com.br, aba “[Apostilas \(Atualizações\)](#)” possíveis correções e/ou atualizações.

No que diz respeito algumas disciplinas constarem exclusivamente no SITE isso se justifica tendo em vista trata-se de conteúdos bastante amplo e coloca-las na apostila no formato impresso tornaria bastante volumoso o material, além de encarecê-lo bastante.

Por fim, para esclarecimentos de eventuais dúvidas, disponibilizamos, na página seguinte, nossos meios de comunicação.



Rua Barão do Rio Branco, 1620 – Centro CEP: 60.025-060 - Fortaleza - Ceará

PREZADO(A) CONCURSANDO(A),

Você está adquirindo um produto elaborado por professores que atuam em cursinhos preparatórios nas respectivas áreas, portanto, confiável e de procedência. Todavia, por se tratar de apostila, é um material resumindo, porém, de significativa importância. No entanto, sugerimos, como forma de melhor preparo, a leitura de outras fontes tais como livros específicos, resumos e exercícios. **Nosso objetivo é prepará-lo(a) para a carreira tão almejada.**

Possíveis falhas de impressão ou mesmo de digitação podem ocorrer, assim, caso seja constatado ou mesmo tenha dúvida em algum conteúdo ou gabarito, entre em contato pelo e-mail dos professores ou diretamente pelo da editora din.ce@hotmail.com que lhe responderemos imediatamente.

Também dispomos do site www.editoradince.com.br onde serão disponibilizadas possíveis correções ou atualizações deste material.

No mais, desejamos boa sorte e que Deus lhe abençoe.

SAC – Serviço de Atendimento ao Concurseiro:

Fale conosco: din.ce@hotmail.com

Ou ainda: (85) 3231.6298 / 9.8632.4802 (WhatsApp)

ALGUNS DE NOSSOS PROFESSORES:

| | |
|---------------------------|-----------------------|
| Prof. Augusto Sá | Prof. Anderson Viana |
| Prof. Augusto César | Prof. Janilson Santos |
| Prof. Ávila | Prof. Joanilson Jr. |
| Prof. Brando | Prof. Nestor Dia. |
| Prof. Deivis Cavalcante | Prof. Valdeci Cunha |
| Profa. Flaviana Eufrazio. | Prof. Walber Siqueira |

Tens tu fé? Tem-na em ti mesmo diante de Deus. Bem-aventurado aquele que não se condena a si mesmo naquilo que aprova. (Romanos 14)

Bem aventura o homem que não anda segundo o caminho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores.

Antes tem o seu prazer na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite. (Salmo, 1.2 e 2)

Por isso vos digo que todas as coisas que pedires, orando, crede receber e tê-las-ei (Marcos, 11.24)

O temor do Senhor é o princípio do conhecimento; mas os insensatos desprezam a sabedoria e a instrução. (Provérbios 1:7)

Deleita-te também no SENHOR, e te concederá os desejos do teu coração.

(Salmos 37:4)

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA EDITORA DINCE

INSS 2020
Instituto Nacional do Seguro Social
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL
 Nível médio
 Teoria, dicas, esquemas e questões de provas

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2020 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.

Assimilação CD com material complementar



FUNSAÚDE
 Fundação Saúde do Ceará
TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Língua Portuguesa - Prof. Augusto Sá
 Matemática - Prof. Nildo
 Informática - Prof. Nildo
 Legislação - Prof. Augusto Sá
 Conhecimentos Específicos de Técnico em Enfermagem - Prof. Augusto Sá

Conforme Edital 2021

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



EDITAL 2021
BANCA FGV
FUNSAÚDE
 Fundação de Saúde do Ceará
 Teoria, dicas e questões de provas organizadas por assunto

ANALISTA ADMINISTRATIVO
 EXPLICAÇÃO E FUNDAMENTOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 INFORMATICA - Prof. Nildo
 LEGISLAÇÃO - Prof. Augusto Sá
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Prof. Augusto Sá

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



EDITAL 2021
BANCA FGV
FUNSAÚDE
 Fundação de Saúde do Ceará
 Teoria, dicas e questões de provas organizadas por assunto

ANALISTA ADMINISTRAÇÃO
 EXPLICAÇÃO E FUNDAMENTOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 INFORMATICA - Prof. Nildo
 LEGISLAÇÃO - Prof. Augusto Sá
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Prof. Augusto Sá

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



BANCO DO BRASIL
 ESCRITURÁRIO
AGENTE COMERCIAL
 Teoria, dicas e questões de provas organizadas por assunto

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 LÍNGUA INGLESA - Prof. Nilda Vaccinellen
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 ATUALIDADES DO MERCADO FINANCEIRO - Prof. Nildo
 MATEMÁTICA FINANCEIRA - Prof. Nildo
 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS - Prof. Nildo
 CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA - Prof. Augusto Sá
 VENDAS E NEGOCIAÇÃO - Prof. Jonathan Santos



VADE MECUM SINTETIZADO
PCCE – POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ
 Teoria, legislação e questões de provas IDECAN

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Wladimir Nogueira
 NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL - Fernando Rocha
 NOÇÕES DE INFORMÁTICA - Prof. Augusto Sá
 NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL - Prof. Valdeci Cyrino
 NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - Ramon Dias
 LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAIKINGIANTE - Douglas de Melo
 NOÇÕES DE DIREITO PENAL - Douglas de Melo
 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - Valdeci Cyrino



FUNSAÚDE
 FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO CEARÁ
Técnica em Saúde Bucal
 CONFORME EDITAL 2021 - NÍVEL TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 INFORMATICA - Prof. Nildo
 LEGISLAÇÃO - Prof. Augusto Sá
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Prof. Augusto Sá

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



EDITAL 2021
BANCA FGV
FUNSAÚDE
 Fundação de Saúde do Ceará
 Teoria, dicas e questões de provas organizadas por assunto

ANALISTA ADM. CONTABILIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 INFORMATICA - Prof. Nildo
 LEGISLAÇÃO - Prof. Augusto Sá
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Prof. Augusto Sá

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



MANUAL COMENTADO E ESQUEMATIZADO
CREMEC-CE
 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
 (NÍVEL MÉDICO)

Conteúdo atualizado e organizado conforme edital, com teoria, dicas e exercícios.

A melhor e mais completa apostila

LÍNGUA PORTUGUESA - Prof. Augusto Sá
 MATEMÁTICA - Prof. Nildo
 INFORMATICA - Prof. Nildo
 LEGISLAÇÃO - Prof. Augusto Sá
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Prof. Augusto Sá
 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - Prof. Augusto Sá

ATENÇÃO! Este livro aborda os conteúdos de acordo com o edital de 2021 e pode sofrer alterações sem aviso prévio de acordo com o edital.



ADQUIRA AGORA: (85) 3231.6298 / 9.8632.4802 (WhatsApp)

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS
200 questões gabaritas e
organizadas por assunto,
conforme edital CESGRANRIO.

2021.7

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 - Sistema Financeiro Nacional: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional; Órgãos normativos e instituições supervisoras, executoras e operadoras. **1**
- 2 - Mercado financeiro e seus desdobramentos (mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial). **5**
- 3 - Moeda e política monetária: Políticas monetárias convencionais e não-convencionais (Quantitative Easing); Taxa SELIC e operações compromissadas; O debate sobre os depósitos remunerados dos bancos comerciais no Banco Central do Brasil. **9**
- 4- Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública. **11**
- 5 - Produtos Bancários: Noções de cartões de crédito e débito, crédito direto ao consumidor, crédito rural, poupança, capitalização, previdência, consórcio, investimentos e seguros. **11**
- 6 - Noções de Mercado de capitais. **13**
- 7 - Noções de Mercado de Câmbio: Instituições autorizadas a operar e operações básicas. **14**
- 8- Regimes de taxas de câmbio fixas, flutuantes e regimes intermediários. **16**
- 9 - Taxas de câmbio nominais e reais..... **16**
- 10 - Impactos das taxas de câmbio sobre as exportações e importações. **17**
- 11 - Diferencial de juros interno e externo, prêmios de risco, fluxo de capitais e seus impactos sobre as taxas de câmbio. **18**
- 12- Dinâmica do Mercado: Operações no mercado interbancário. **19**
- 13 - Mercado bancário: Operações de tesouraria, varejo bancário e recuperação de crédito. **19**
- 14 - Taxas de juros de curto prazo e a curva de juros; taxas de juros nominais e reais. **19**
- 15 - Garantias do Sistema Financeiro Nacional: aval; fiança; penhor mercantil; alienação fiduciária; hipoteca; fianças bancárias. **19**
- 16 - Crime de lavagem de dinheiro: conceito e etapas; Prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro: Lei nº 9.613/98 e suas alterações; Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020 e Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020 e suas alterações. **23**
- 17- Autorregulação bancária. **25**
- 18 - Sigilo Bancário: Lei Complementar nº 105/2001 e suas alterações. **27**
- 19 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações **29**
- 20 - Legislação anticorrupção: Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015 e suas alterações. **30**
- 21 - Segurança cibernética: Resolução CMN nº 4.658, de 26 de abril de 2018. **32**
- 22 - Ética aplicada: ética, moral, valores e virtudes; noções de ética empresarial e profissional. A gestão da ética nas empresas públicas e privadas. Código

de Ética do Banco do Brasil (disponível no sítio do BB na internet). **33**

23 - Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil (disponível no sítio do BB na internet). **35**

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL; ÓRGÃOS NORMATIVOS E INSTITUIÇÕES SUPERVISORAS, EXECUTORAS E OPERADORAS.

01. (FUNDEP -Gestão de Concursos - 2019 - CAU-MG) Assistente Administrativo e Financeiro) O Sistema Financeiro Brasileiro tem uma função essencial no desenvolvimento do país, sendo um mecanismo facilitador da transferência de recursos financeiros dos agentes com sobra para os agentes que demandam tais fundos para realização de investimentos produtivos. Para que essa canalização dos fluxos financeiros ocorra, inúmeros agentes ou órgãos têm funções importantes e delimitadas dentro desse sistema.

Analise as seguintes funções de alguns dos agentes do sistema financeiro nacional.

I Realizar a política de financiamento de médio e longo prazo na economia, uma vez que é o principal agente do governo federal para tal função.

II Fixar as diretrizes das políticas de crédito, monetária e cambial, uma vez que é o órgão mais importante desse sistema, sendo exclusivamente normativo.

III Emitir a moeda em circulação e gerenciar vendas e compras de títulos públicos federais.

IV Atuar como responsável pela câmara de compensação de cheques, além das carteiras comerciais típicas.

Assinale a alternativa que relaciona corretamente o órgão que compõe esse sistema à sua respectiva função.

- A I. BNDES / II. CMN / III. BACEN / IV. BB
- B I. BNDES / II. CVM / III. BB / IV. CMN
- C I. SUSEP / II. CVM / III. BB / IV. BACEN
- D I. CMN / II. BB / III. BACEN / IV. SUSEP

02. (FGV - BANESTES - Analista em Tecnologia da Informação - Área Suporte/2018) Por Sistema Financeiro Nacional (SFN) entende-se o conjunto de instituições e instrumentos que possibilitam a transferência de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários.

Essa transferência é possível em razão:

A dos mercados monetário, de crédito, de capitais

2 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

e cambial;

B da atuação dos bancos comerciais;

C da atuação dos bancos centrais;

D das bolsas de valores;

E da atuação da CVM.

03. (CESGRANRIO - 2012 - Banco do Brasil – Escriturário) O Sistema Financeiro Nacional é formado por um conjunto de instituições voltadas para a gestão da política monetária do Governo Federal, cujo órgão deliberativo máximo é o Conselho Monetário Nacional.

As funções do Conselho Monetário Nacional são

A. assessorar o Ministério da Fazenda na criação de políticas orçamentárias de longo prazo e verificar os níveis de moedas estrangeiras em circulação no país.

B. definir a estratégia da Casa da Moeda, estabelecer o equilíbrio das contas públicas e fiscalizar as entidades políticas.

C. estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos das políticas monetária e cambial.

D. fornecer crédito a pequenas, médias e grandes empresas do país, e fomentar o crescimento da economia interna a fim de gerar um equilíbrio nas contas públicas, na balança comercial e, conseqüentemente, na política cambial.

E. secretariar e assessorar o Sistema Financeiro Nacional, organizando as sessões deliberativas de crédito e mantendo seu arquivo histórico.

04. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) Considere uma instituição financeira autorizada a operar três carteiras: a carteira de desenvolvimento, a carteira de crédito imobiliário e uma outra carteira. Com base apenas nessas informações, é correto afirmar que a instituição

A está autorizada a captar depósitos à vista.

B pode emitir debêntures.

C opera uma carteira comercial.

D consiste em um banco público.

E está organizada sob a forma de sociedade limitada.

05. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, e que tem por finalidade julgar os recursos contra as sanções aplicadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, nos processos de lavagem de dinheiro, as sanções aplicadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e demais

autoridades competentes em

A casos de interesse exclusivo de investidores estrangeiros.

B processos de segunda instância judicial.

C situações de litígio entre instituições financeiras estatais.

D segundo grau e última instância administrativa.

E arbitragens decorrentes da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

06. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a atribuição da coordenação da Dívida Pública Federal externa e interna é

A do Banco Central do Brasil.

B do Ministério da Fazenda.

C da Secretaria do Tesouro Nacional.

D do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

E do Conselho Monetário Nacional.

07. (VUNESP - 2018 - IPSM - Analista de Gestão Municipal - Economia) A relação entre a base monetária e os meios de pagamentos é dada pelo multiplicador monetário. Para o Banco Central reduzir o multiplicador, será necessário

A aumentar o depósito compulsório dos bancos comerciais.

B comprar títulos públicos no mercado aberto.

C vender títulos públicos no mercado aberto.

D diminuir a taxa de desconto.

E reduzir a emissão de títulos públicos.

08. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico em Segurança do Trabalho) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) possui órgãos normativos, supervisores e executores, com papéis bem definidos.

A supervisão do mercado de capitais é responsabilidade:

A do Conselho Monetário Nacional (CMN);

B do Banco Central do Brasil;

C da Bolsa de Valores;

D do Ministério da Fazenda;

E da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

09. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico em Segurança do Trabalho) Uma das entidades do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é responsável pelo controle da inflação no país e também atua para garantir a estabilidade financeira do sistema e das instituições.

Essa entidade é o Banco Central, também responsável por:

A autorizar as ofertas públicas iniciais de empresas;

- B autorizar as emissões de debêntures;
- C controlar o fluxo de capitais estrangeiros no Brasil;
- D definir a meta de inflação no país;
- E definir o superávit primário.

10. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico em Segurança do Trabalho) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é dividido em segmentos especializados e um dos ramos de maior importância é o Mercado de Crédito, responsável por:

- A fornecer recursos para o consumo das pessoas em geral e para o funcionamento das empresas;
- B fornecer à economia papel-moeda e moeda escritural, aquela depositada em conta-corrente;
- C permitir às empresas em geral captar recursos de terceiros e, portanto, compartilhar os ganhos e os riscos;
- D facilitar a compra e a venda de moeda estrangeira;
- E permitir operações em mercados futuros.

11. (FADESP - 2018 - BANPARÁ - Técnico Bancário) De acordo com a subdivisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em entidades normativas, supervisoras e operacionais, pode-se afirmar que:

- A funcionam como entidades normativas: o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- B funcionam como entidades supervisoras: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).
- C funcionam como entidades operacionais: Agências de Fomento, Associações de Poupança e Empréstimo, Bancos de Câmbio, Bancos de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, Companhias Hipotecárias, Cooperativas Centrais de Crédito, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Crédito Imobiliário e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor.
- D funcionam como entidades supervisoras: entidades operadoras auxiliares, administradores de mercados organizados de valores mobiliários, como os de Bolsa, de Mercadorias e Futuros e de Balcão Organizado, as companhias seguradoras, as sociedades de capitalização, as entidades abertas de previdência complementar e os fundos de pensão.

E funcionam como entidades operacionais o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

12. (FADESP - 2018 - BANPARÁ - Técnico Bancário) O Sistema Financeiro Nacional encontra-se estruturado pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pelo Banco do Brasil, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pelas demais instituições financeiras públicas e privadas. Nesse sentido, pode-se afirmar que

- A compete, privativamente ao Banco Central do Brasil e ao Banco do Brasil, a emissão de papel-moeda e moeda metálica, nas condições e nos limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
- B o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico opera como agente financeiro do Governo Federal e é o principal executor das políticas de crédito rural e industrial e de banco comercial do governo.
- C as demais instituições financeiras públicas e privadas são responsáveis pela política de investimentos a longo prazo do Governo Federal, necessários ao fortalecimento da empresa privada nacional.
- D o Banco Central do Brasil opera exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.
- E o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico tem a responsabilidade primordial de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

13. (CESGRANRIO - 2018 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário) Recentemente duas instituições se fundiram criando a B3.

As instituições que se fundiram foram

- A Susep e Cetip
- B Cetip e Bacen
- C Bacen e CVM
- D BM&FBovespa e Bacen
- E BM&FBovespa e Cetip

14. (FC - 2017 - CFC - Auditor Independente - BCB) As instituições financeiras devem dispensar especial atenção às operações, identificação de beneficiários finais de recursos transferidos, relacionamentos e quaisquer indícios de burla a procedimentos previstos na legislação e regulamentos relativos a lavagem

4 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

de dinheiro. Assinale a opção que apresenta todos os procedimentos regulamentares estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB).

- A Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas; análise para verificar a necessidade das comunicações à COAF e avaliação da alta gerência quanto ao início ou manutenção do relacionamento com o cliente.
- B Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas e análise para verificar a necessidade das comunicações à COAF.
- C Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas; análise para verificar a necessidade das comunicações à COAF e emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos, em montante acumulado igual a R\$5.000,00 (cinco mil reais).
- D Análise para verificar a necessidade das comunicações à COAF e avaliação da alta gerência quanto ao início ou manutenção do relacionamento com o cliente.

15. (FUNDATEC - 2021 - Prefeitura de Porto Alegre - RS - Economista) Em um regime no qual a moeda é de curso forçado, o dinheiro é garantido pela confiança no órgão emissor. Nesse contexto, a oferta de moeda desempenha papel importante. Analise as seguintes assertivas sobre esse tema e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A compra e venda de ativos, pelo Banco Central, em troca de moeda, é um dos instrumentos do governo para controle da oferta de moeda.
- () Através de janelas de redesconto, o Banco Central pode afetar a oferta de moeda, concedendo empréstimo aos bancos comerciais.
- () A modificação da taxa de redesconto não se presta como instrumento do controle monetário.
- () As operações de câmbios, nas quais o Banco Central compra ou vende ativos em moeda estrangeira, não afetam a oferta de moeda.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A V – V – V – F.
- B V – V – F – V.
- C V – V – F – F.
- D F – F – V – V.
- E F – F – F – F.

16. (VUNESP - 2020 - FITO - Analista de Gestão - Finanças) Assinale a alternativa correta a respeito do Sistema Financeiro Nacional.

- A As instituições financeiras, conhecidas por

bancárias, são aquelas a quem se permite a criação de moeda por meio do recebimento de depósitos à vista.

- B Corretoras, bancos de investimento e sociedades de arrendamento mercantil são exemplos de instituições financeiras conhecidas como bancárias.
- C O Sistema Financeiro Nacional é constituído pelas instituições financeiras privadas existentes no país.
- D O Banco Central do Brasil (BACEN) tem por finalidade básica a normatização, fiscalização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures.
- E O Conselho Monetário Nacional (CMN) desenvolve uma série de atividades executivas, tais como o recebimento de depósito à vista.

17. (IBFC - 2020 - EBSEH - Analista Administrativo - Economia) No ano de 2019, o Banco Central reduziu o depósito compulsório dos bancos comerciais de 33% para 31%. Diante do ocorrido, assinale a alternativa correta.

- A Quando o BC diminui a taxa de depósito compulsório, os juros bancários se elevam
- B A taxa de depósito compulsório não está relacionada ao multiplicador monetário
- C A decisão tomada pelo BC de diminuir a taxa de depósito compulsório acarretou no aumento do spread bancário
- D A redução da taxa do depósito compulsório liberou mais dinheiro para concessão de empréstimos por parte Bancos Comerciais aos seus clientes
- E A decisão do BC, não afetou os Bancos Comerciais

18. (IBFC - 2020 - EBSEH - Analista Administrativo - Economia) Em relação aos agregados monetários, assinale a alternativa correta.

- A Os meios de pagamentos no conceito restrito são compostos: papel moeda em poder do público + reservas dos bancos comerciais
- B O Banco Central tem o poder de emitir toda a moeda que está em circulação na economia
- C A taxa de preferência do público por depósitos à vista não é complemento da taxa de preferência do público pela moeda
- D O multiplicador monetário depende apenas das reservas bancárias
- E M4 nada mais é que um conceito ampliado dos meios de pagamento, onde engloba títulos públicos de alta liquidez

19. (FCC - 2011 - Banco do Brasil - Escriturário) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro

Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que julga recursos

- I. em segunda e última instância administrativa.
- II. em primeira instância, de decisões do Banco Central do Brasil relativas a penalidades por infrações à legislação cambial.
- III. de decisões da Comissão de Valores Mobiliários relativas a penalidades por infrações à legislação de capitais estrangeiros.

Está correto o que consta em

- A I, apenas.
- B II, apenas
- C I e III, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

Gabarito: 01/A; 02/A; 03/C; 04/D; 05/D; 06/E; 07/A; 08/E; 09/C; 10/A; 11/ C; 12/D; 13/E; 14/A; 15/C; 16/A; 17/D; 18/E; 19/A

MERCADO FINANCEIRO E SEUS DESDOBRAMENTOS (MERCADOS MONETÁRIO, DE CRÉDITO, DE CAPITAIS E CAMBIAL).

01. (CESGRANRIO - BB - Banco do Brasil S.A. – Escriturário/2015) De acordo com a Figura abaixo, observa-se que o mercado financeiro está basicamente segmentado em quatro grandes mercados: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de câmbio e mercado de capitais.



Caracteriza um mercado de capitais ser o

- A mercado em que são negociadas as trocas de moedas estrangeiras por moeda nacional, participando desse mercado todos os agentes econômicos que realizam transações com o exterior, ou seja, têm recebimentos ou pagamentos a realizar em moeda estrangeira.
- B segmento do mercado financeiro em que são criadas as condições para que as empresas capturem recursos diretamente dos investidores, através da emissão de instrumentos financeiros

(ações, debêntures, bônus de subscrição, etc), com o objetivo principal de financiar suas atividades ou viabilizar projetos de investimentos.

- C mercado utilizado basicamente para controle da liquidez da economia, no qual o Banco Central intervém para condução da Política Monetária.
- D mercado para realização, registro e negociação de determinados instrumentos financeiros, basicamente divididos em quatro produtos, como: mercado a termo, mercado futuro, opções e swaps, com a finalidade de proteção, elevação de rentabilidade (alavancagem), especulação e arbitragem.
- E segmento do mercado financeiro em que as instituições financeiras captam recursos dos agentes superavitários e os emprestam às famílias ou empresas, sendo remuneradas pela diferença entre seu custo de captação e o que cobram dos tomadores.

02. (FDRH - BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Escriturário/2010) Considerando a classificação dos mercados financeiros, avalie as seguintes afirmações.

- I- Segundo a necessidade dos clientes, os mercados financeiros são classificados em mercado a vista, a termo, futuro e de opções.
- II- Segundo o grau de formalização, os mercados financeiros são classificados em mercado primário e secundário.
- III- Quando considerados os tipos de ativos negociados, os mercados financeiros são classificados em mercado de crédito, de capitais, cambial e monetário.

Quais estão corretas?

- A Apenas a I.
- B Apenas a I e a II.
- C Apenas a I e a III.
- D Apenas a II e a III.
- E Nenhuma das afirmações.

03. (UFF - Técnico Administrativo - Área Administrador/2019) Existem diferentes tipos de mercados financeiros. Cada mercado negocia um determinado tipo de valor mobiliário. Com relação aos mercados financeiros e as formas de alocação de capital nos mesmos, é correto afirmar que:

- A há dois tipos básicos de mercados de ações: as bolsas de valores organizadas e o mercado de balcão.
- B nos mercados primários existem previamente valores mobiliários em circulação negociados entre os investidores.
- C os instrumentos derivativos são negociados nos mercados monetários.
- D o custo do dinheiro é independente das oportunidades de produção, pois o mesmo

6 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

reflete as expectativas do investidor.

E nos mercados, os fornecedores de fundos cobram dividendos sobre os fundos que eles emprestam, enquanto os investidores de capital patrimonial recebem juros por permitir que as empresas usem seu dinheiro.

04. (IF-RS - 2018 - IF-RS - Administração/Finanças) Analise as afirmativas, identificando com “V” as VERDADEIRAS e com “F” as FALSAS, assinalando a seguir a alternativa CORRETA, na sequência de cima para baixo:

- () As classificações de risco de dívidas (rating) são uma avaliação da qualidade de crédito da empresa emitente, o que indica garantia de que não ocorrerá inadimplência na operação de crédito.
- () Debênture é um título mobiliário representativo de dívida de médio e longo prazo de uma empresa e que assegura a seus detentores direito de crédito contra o emissor.
- () Debênture quirografária não fornece qualquer tipo de privilégio sobre os ativos da emissora; os debenturistas concorrem em igualdade de condições com os demais credores quirografários em caso de falência da companhia.
- () Debênture subordinada, na hipótese de liquidação da companhia, oferecem preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas.
- () Um exemplo de cláusula protetora (covenant) negativa é a empresa ter de manter seu capital de giro igual ou acima de um nível mínimo especificado.

A F – V – V – V – F.

B V – F – V – V – V.

C V – F – F – V – V.

D F – V – V – F – F.

E F – V – F – F – V.

05. (SEFAZ SC - Analista Financeiro do Tesouro Estadual/FEPESE/2010) Qual das afirmativas abaixo expressa corretamente a relação entre mercado de crédito a instituição financeira?

- A No mercado de crédito são realizadas operações de curto prazo, de compra e venda de moeda estrangeira.
- B No mercado de crédito são realizadas operações de curto e curtíssimo prazo com títulos públicos.
- C No mercado de crédito, a instituição financeira é parte nas relações jurídicas junto aos agentes econômicos superavitários e deficitários, contudo, sem assumir os riscos, os direitos e as obrigações respectivos, uma vez que o detentor e o tomador dos recursos não se relacionam diretamente.

D No mercado de crédito, a instituição financeira é parte nas relações jurídicas junto aos agentes econômicos superavitários e deficitários, assumindo os riscos e os direitos e obrigações respectivas, uma vez que o detentor e o tomador dos recursos não se relacionam diretamente.

E No mercado de crédito, a instituição financeira é parte credora junto aos agentes econômicos deficitários, assumindo os riscos e os direitos e obrigações respectivas, uma vez que o detentor e o tomador dos recursos não se relacionam diretamente.

Gabarito: 01/B; 02/E; 03/A; 04/A; 05/D;

MERCADOS MONETÁRIO

01. (IBADE - 2016 - SEDUC-RO - Analista Educacional - Economista) O mercado financeiro pode ser segmentado quanto à natureza das operações desenvolvidas. No mercado financeiro, o mercado caracterizado por operações de curto e curtíssimo prazos, em que as empresas buscam recursos para atender às suas necessidades imediatas de liquidez ou alternativas para aplicação de saldos de caixa, é denominado:

- A de crédito.
- B cambial.
- C de capitais.
- D monetário.
- E de debêntures.

02. (CESGRANRIO - 2015 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário) As instituições financeiras não bancárias são aquelas que não podem criar moeda escritural, mas são relevantes no sistema financeiro nacional.

Entre elas, encontram-se as seguintes:

- A Sociedade de Fomento Mercantil e Banco de Câmbio
- B Companhias Hipotecárias e Banco de Desenvolvimento
- C Cooperativas de Crédito e Bancos de Investimentos
- D Banco de Investimento e Caixa Econômica
- E Sociedade de Arrendamento Mercantil e Sociedades Seguradoras e de Capitalização

03. (CESGRANRIO - 2012 - Caixa - Técnico Bancário) No mercado financeiro, a intermediação financeira desenvolve-se de forma segmentada, com base em quatro subdivisões: mercados monetário, cambial, de crédito e de capitais.

O mercado de crédito visa, fundamentalmente, a

- A fiscalizar as operações dos seus agentes econômicos.
- B controlar a liquidez da economia com operações de curto e curtíssimo prazos.
- C realizar as operações de compra e venda de moedas internacionais conversíveis.
- D suprir as necessidades de investimentos dos agentes econômicos a médio e longo prazos.
- E suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos agentes econômicos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Gabarito: 01/C; 02/B; 03/E

MERCADOS DE CAPITALIS

01. (CFC - 2019 - CFC - Auditor Independente - BCB) Considerando a necessidade de melhorar as opções de investimentos à disposição dos clientes, o Banco ABC ofereceu a alternativa de investimentos em “criptoativos”, através de um fundo de investimentos específico. Julgue os itens abaixo como Verdadeiros(V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Visando identificar se o referido criptoativo não representa uma fraude, o Banco fez diligências para analisar se o software base é livre e de código aberto ou fechado, bem como se a tecnologia é pública, transparente, acessível e verificável para qualquer usuário autorizado.
- II. Por se tratar de investimento indireto realizado por meio de fundos de investimentos constituídos no exterior e geridos por terceiros, o Banco avaliou se o gestor do fundo investido adota práticas e medidas de mitigação de risco equivalentes às que o gestor do fundo investidor adotaria em sua posição.
- III. O Banco adotou medidas para mitigar os riscos de que as posições de custódia desses ativos sejam sujeitas a ataques por parte de especialistas em invasões de sistemas de informações, conhecidos como “hackers”.
- IV. Considerando que o Bacen não regula nem supervisiona operações com moedas virtuais, a realização de transações com moedas virtuais e com outros instrumentos conexos que impliquem em transferências internacionais referenciadas em moeda estrangeira também não são supervisionadas pelo Bacen.

A sequência CORRETA é:

- A F, V, V, F.
- B V, F, V, F.
- C F, V, V, V.
- D V, V, V, F.

02. (ESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - Economista) Um investidor racional toma decisões considerando o custo, o retorno e o risco de

seu portfólio como um todo. Leve em conta que esse investidor considera os custos de corretagem desprezíveis e que comprou uma ação da empresa X por R\$1.000,00, para compor seu portfólio. Um mês após, ele recebeu várias propostas para vender a ação, a melhor delas, por R\$1.500,00, e não aceitou vendê-la.

Ao decidir não vender, o investidor considerou o custo da ação da empresa X, presente em seu portfólio, como sendo

A R\$1.000,00, pois foi o que ele pagou.

B R\$1.010,00, pois R\$10,00 são juros no mês que teria recebido se investisse em renda fixa, ao invés de comprar a ação.

C R\$1.500,00, pois foi o preço da melhor proposta que rejeitou.

D R\$0,00, pois já pagou pela ação.

E R\$2.000,00, pois estaria disposto a vender a ação a esse preço.

03. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) Considerando as características específicas das sociedades por ações ou “companhias”, assinale a alternativa correta.

A Companhia aberta é aquela cujas ações estão habilitadas à negociação no mercado de valores mobiliários.

B As ações ordinárias conferem aos respectivos titulares direito de voto e prioridade na distribuição de dividendos, fixos ou mínimos.

C São valores mobiliários passíveis de negociação em bolsa de valores os títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, bem como os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, inclusive debêntures.

D A emissão, a distribuição e a negociação de ações e demais valores mobiliários são reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários em conjunto com o Banco Central do Brasil.

E Uma das formas de captação de recursos junto ao público, de que podem se valer as sociedades por ações, é a emissão de debêntures, que conferem aos próprios titulares direito de crédito contra elas, nas condições constantes da escritura de emissão, sendo vedada, em qualquer hipótese, a conversibilidade de tais debêntures em ações.

04. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) A alienação de direitos creditórios para uma sociedade mercantil, decorrentes de vendas a prazo, em que o cedente não responde pela solvência do devedor, caracteriza uma operação de

A financiamento bancário.

B desconto bancário.

C capital de giro.

8 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

D crédito rotativo.

E fomento mercantil.

05. (COSEAC - 2019 - UFF - Administrador)

Existem diferentes tipos de mercados financeiros. Cada mercado negocia um determinado tipo de valor mobiliário. Com relação aos mercados financeiros e as formas de alocação de capital nos mesmos, é correto afirmar que:

A há dois tipos básicos de mercados de ações: as bolsas de valores organizadas e o mercado de balcão.

B nos mercados primários existem previamente valores mobiliários em circulação negociados entre os investidores.

C os instrumentos derivativos são negociados nos mercados monetários.

D o custo do dinheiro é independente das oportunidades de produção, pois o mesmo reflete as expectativas do investidor.

E nos mercados, os fornecedores de fundos cobram dividendos sobre os fundos que eles emprestam, enquanto os investidores de capital patrimonial recebem juros por permitir que as empresas usem seu dinheiro.

06. (IADES - 2018 - IGEPREV-PA - Analista de Investimentos) O certificado de operações estruturadas (COE) é um investimento que mescla elementos de renda fixa e de renda variável, estruturado com base em cenários de ganhos e perdas selecionados de acordo com o perfil de cada investidor. Acerca dos COE, assinale a alternativa correta.

A São títulos públicos garantidos pelo Tesouro Nacional.

B Devem ser obrigatoriamente registrados no Sistema Especial de Liquidações e Custódia (Selic).

C Equivalem às debêntures emitidas pelas empresas.

D Permitem a diversificação do investimento por meio de um único instrumento.

E Não possuem valor mínimo de aporte e nem data de vencimento, por isso, são isentos de imposto de renda.

Gabarito: 01/D; 02/C; 03/A; 04/E; 05/A; 06/D

MERCADOS DE CAMBIAL

01. (CC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Economista) O comportamento do balanço de pagamentos é sensível ao regime cambial adotado pelo país. Assim, em um regime de

A taxa de câmbio flutuante, a política monetária é

eficaz em determinar a taxa de câmbio real, muito embora não tenha controle sobre a taxa nominal de câmbio.

B flutuação suja ou controlada, a taxa de câmbio nominal é mantida fixa de sorte a atrair capitais estrangeiros interessados em carry trade.

C câmbio fixo, o crescimento sustentado da economia baseado em déficits em transações correntes torna o equilíbrio das contas externas diretamente dependente da liquidez no mercado financeiro internacional.

D câmbio fixo, aumenta a eficácia da política monetária ao isolar a economia de variações nos preços internacionais dos bens importados.

E câmbio fixo, é maior o espaço de decisão à política monetária doméstica, razão pela qual é preferível ao regime de flutuação.

02. (IBADE - 2019 - DEPASA - AC - Economista)

Num ambiente onde as taxas de câmbio são fixadas pelo governo, e objetivando mantê-la num nível elevado, o BACEN compra divisas, suprimindo-as do mercado e, em consequência, gerando um aumento da moeda nacional. Essa ação embora estimule um processo inflacionário é combatida com a venda de títulos públicos. Essa operação é conhecida no mercado como:

A especulação.

B intervenção.

C flutuação

D enxugamento.

E esterilização.

03. (FCC - 2019 - METRÔ-SP - Analista

Desenvolvimento Gestão Júnior – Administração de Empresas) O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo vinculado ao Ministério da Economia. Dentre as suas diversas funções, o Banco Central é responsável por

A negociar ações de sociedades de capital aberto e outros valores mobiliários.

B certificar os profissionais do mercado financeiro e de capitais do Brasil.

C gerenciar as reservas cambiais do país em ouro e em moeda estrangeira.

D fazer o registro das companhias abertas.

E organizar o funcionamento e as operações das bolsas de valores.

04. (CESGRANRIO - 2018 - Banco do Brasil -

Escriturário) A reação dos mercados de câmbio ontem deu uma boa sinalização de qual pode ser o caminho caso Washington intensifique o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo. As moedas emergentes recuaram a mínimas em

dez dias, segundo dados do Deutsche Bank, sob peso da queda de divisas correlacionadas às matérias-primas – como o rand sul-africano e o real brasileiro (...).

No Brasil, o dólar fechou em alta de 0,90%, para R\$3,290, no maior nível desde o último 9 de fevereiro. Na máxima, a cotação beirou os R\$3,30 ao tocar R\$3,2966.

CASTRO, J. Dólar deve subir no curto prazo, dizem analistas. Valor Econômico, 15 mar. 2018, p.C2. Adaptado.

Em países que adotam o regime de câmbio flutuante, as mudanças diárias observadas nas taxas de câmbio estão relacionadas a diversos fatores.

Considerando-se, no entanto, exclusivamente, a matéria jornalística, o principal fator que explica a desvalorização do real brasileiro no movimento diário do mercado de câmbio descrito no texto foi a(o)

- A aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio
- B forte intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio
- C situação política corrente no Brasil
- D piora das condições macroeconômicas no Brasil
- E incerteza futura e maior percepção de risco por parte dos investidores

05. (GV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) O Banco Central possui autorização para realizar intervenções no mercado de câmbio e um dos instrumentos para tal consiste num acordo em que o Banco Central paga aos investidores os juros do período e recebe em troca a variação da taxa de câmbio.

Trata-se da seguinte operação:

- A compra de dólar pronto;
- B venda de dólar pronto;
- C swap cambial reverso;
- D swap cambial;
- E venda futura de dólar.

06. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Se a taxa de câmbio estiver num patamar muito baixo, por exemplo, R\$ 2,00 por dólar americano, e o Banco Central desejar realizar uma intervenção para aproximar a taxa de R\$ 3,00, é preciso que a instituição:

- A venda dólares no mercado de câmbio à vista;
- B venda dólares no mercado de câmbio futuro;
- C fique comprada num swap cambial reverso;
- D fique comprada num swap cambial tradicional;
- E realize a emissão de títulos cambiais no mercado.

07. (CESGRANRIO - 2018 - Banco da Amazônia -

Técnico Científico - Tecnologia da Informação) - Reguladas pelo Banco Central, as instituições financeiras autorizadas a operar todas as operações no mercado de câmbio são(é)

- A as agências de fomento
- B os estabelecimentos comerciais
- C os bancos de desenvolvimento
- D os bancos múltiplos
- E a Caixa Econômica

08. (FCC - 2017 - DPE-RS - Analista - Economia) - Na presença de uma crise interna com deterioração fiscal,

- A o regime de câmbio flutuante pode acelerar os benefícios das rendas geradas com as exportações.
- B o câmbio fixo contribuirá para a normalização do cenário, já que a crise fiscal não se comunica com os pressupostos desse regime cambial.
- C a inexistência de reservas cambiais sinaliza a conveniência de se adotar o regime de câmbio fixo.
- D as exportações devem ser coibidas, já que estas causarão desequilíbrios monetários internos.
- E políticas contracionistas produzem imediata contribuição para a volta ao crescimento.

09. (CESGRANRIO - CEF - Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário/2008) O mercado que opera a curto prazo destinando os recursos captados ao financiamento de consumo para pessoas físicas e capital de giro para pessoas jurídicas, através de intermediários financeiros bancários, é o mercado

- A de crédito
- B de capitais
- C de câmbio
- D de ações
- E monetário

Gabarito: 01/C; 02/E; 03/C; 04/E; 05/C; 06/C; 07/D; 08/A; 09/A

**MOEDA E POLÍTICA MONETÁRIA:
POLÍTICAS MONETÁRIAS
CONVENCIONAIS E NÃO-
CONVENCIONAIS (QUANTITATIVE
EASING);**

01. (CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Pesquisa Energética - Economia de Energia)

Desde o final de 2008, a fim de debelar os impactos recessivos na economia, o Banco Central dos Estados Unidos (FED, na sigla em inglês) tem praticado uma política monetária superexpansionista (quantitative easing).

10 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

Em termos tendenciais, o resultado prático dessa política até o final de 2012 foi

- A acelerar a taxa de inflação nos Estados Unidos.
- B reduzir rapidamente a taxa de desemprego naquele país.
- C provocar uma rápida recuperação da economia norte-americana.
- D aumentar as taxas de juros nominais de curto prazo naquele país.
- E promover a depreciação do dólar norte-americano em relação a uma cesta de moedas.

Gabarito: 01/E;

TAXA SELIC E OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

01. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) O

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é uma das denominadas Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF), por meio do qual

- A são custodiados títulos privados mantidos em carteiras de fundos de investimento.
- B são registradas as transações de compra e venda de títulos emitidos por instituições financeiras.
- C são transferidos os títulos para o comprador, em cada negociação, em tempo real.
- D ocorrem transferências de reservas e fundos para as câmaras de compensação e liquidação.
- E há possibilidade de lançamentos retroativos até determinado horário limite no dia posterior.

02. (Banco do Brasil 2010 - CESGRANRIO –

Escriturário - O SELIC) Sistema Especial de Liquidação e Custódia – foi desenvolvido em 1979 pelo Banco Central do Brasil e pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) com a finalidade de

- A custodiar os títulos públicos e privados negociados no mercado aberto antes de sua liquidação financeira.
- B liquidar financeiramente as ações negociadas no mercado de Bolsa de Valores e custodiar os títulos públicos.
- C regular e fiscalizar a atividade de liquidação e custódia dos títulos públicos federais, exercida pelas instituições financeiras.
- D verificar e controlar o índice de liquidez dos títulos públicos e privados antes da sua custódia.
- E controlar e liquidar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos e manter sua custódia física e escritural.

03. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) - Em 7 de fevereiro de 2018, o Copom reduziu a meta da taxa Selic para 6,75% ao ano. Em termos práticos, isso significa que a mesa de operações de mercado aberto do Banco Central deve atuar para que a Selic diária fique próxima dessa meta.

Se a Selic diária estiver em 7% num certo dia, a mesa de operações do Banco Central deve:

- A comprar títulos públicos no mercado e mantê-los em sua carteira, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- B vender títulos públicos de sua carteira no mercado, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- C emitir títulos no mercado até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- D imprimir mais papel-moeda;
- E pleitear uma mudança no superávit primário.

04. (Banco do Brasil FCC – Escriturário) O

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, desde sua criação, tem importância estratégica para o mercado financeiro e para o governo. Como uma de suas principais características, é correto afirmar que ele

- A. liquida todas suas operações no dia seguinte ao da negociação.
- B. realiza a compensação de cheques para o sistema financeiro.
- C. registra os depósitos interfinanceiros – DI que são objeto de contratos futuros na BM&F.
- D. é administrado pela Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.
- E. registra as negociações com títulos públicos federais.

05. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário -

Administrativo) As operações de mercado aberto constituem o mais ágil instrumento de política monetária utilizado pelo BACEN, pois permitem o imediato e permanente ajuste da liquidez monetária e do custo primário do dinheiro na economia. A respeito dessas operações, assinale a opção correta.

- A Operação final ocorre quando o vendedor do título assume o compromisso de recomprá-lo, enquanto o adquirente assume o compromisso de revendê-lo.
- B Os dealers são instituições financeiras escolhidas pelo BACEN para fomentar a liquidez e a competitividade do mercado aberto de títulos públicos, aumentando a eficiência de suas operações, com consequências positivas para os preços dos títulos e para o perfil da dívida pública.
- C Operação compromissada ocorre quando o título é adquirido sem assunção de qualquer

compromisso de revendê-lo no futuro, passando a compor a carteira da instituição adquirente de forma definitiva.

D As operações de mercado aberto são realizadas com os títulos públicos e privados existentes na carteira do BACEN, por meio de operações compromissadas ou finais.

E Nos leilões informais (go around), participam as pessoas físicas e jurídicas não financeiras, além dos dealers.

Gabarito: 01/C; 02/E; 03/A; 04/E; 05/B

ORÇAMENTO PÚBLICO, TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL E DÍVIDA PÚBLICA.

01. (FCC - ARTESP/2016) O Tesouro Nacional do Brasil define, no tocante à gestão da Dívida Pública Federal, o seguinte objetivo: suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos (Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional).

A estratégia de financiamento da Dívida Pública Federal, que NÃO contribui para a consecução desse objetivo é:

A Substituição gradual dos títulos remunerados por taxas de juros flutuantes por títulos com rentabilidade prefixada e títulos remunerados por índice de preços.

B Redução do prazo médio do estoque da dívida.

C Ampliação da base de investidores.

D Aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário.

E Suavização da estrutura de vencimentos, com especial atenção para a dívida que vence no curto prazo.

02. (FCC - 2011 - Banco do Brasil - Escriturário) O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que

A é operado em parceria com a CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

B substituiu o Sistema de Pagamentos Brasileiro ? SPB.

C tem como participantes, exclusivamente, a Secretaria do Tesouro Nacional e bancos múltiplos.

D impossibilita a realização de operações compromissadas, ou seja, a venda ou compra de títulos com o compromisso de recompra ou revenda.

E se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com esses títulos.

Gabarito: 01/B; 02/E

PRODUTOS BANCÁRIOS: NOÇÕES DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO, CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR, CRÉDITO RURAL, POUPANÇA, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA, CONSÓRCIO, INVESTIMENTOS E SEGUROS.

CARTÃO DE CRÉDITO

01. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) A atividade principal de uma sociedade administradora de cartão de crédito, pessoa jurídica não financeira, é a prestação de serviços remunerados, e não a intermediação financeira. Suponha que o titular de um cartão de crédito não efetuou o pagamento integral do saldo devedor na data do vencimento da fatura. Nesse caso, o cliente entra automaticamente no crédito rotativo do cartão, que é

A financiado pela própria administradora de cartão de crédito.

B financiado por uma operação de crédito realizada por instituição financeira distinta da administradora de cartão de crédito.

C parcelado com melhores condições de financiamento, desde que o cliente tenha efetuado o pagamento mínimo obrigatório de 15% do valor da fatura.

D parcelado, independentemente das condições do financiamento.

E renovado, a cada mês, até que o cliente efetue o pagamento integral da fatura.

02. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) As sociedades administradoras de cartões de crédito

A definem limites de crédito e encargos para financiar diretamente os seus clientes.

B são empresas financeiras que emitem cartões próprios ou de terceiros.

C autorizam o uso de bandeira e tecnologia por emissores e credenciadoras de estabelecimentos.

D são responsáveis pela aceitação dos cartões no âmbito nacional e, se for o caso, internacional.

E representam portadores perante instituições financeiras para obtenção de financiamento.

12 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

03. (IBADE - 2018 - CRMV - ES - Agente Administrativo) Cartões de Crédito são utilizados para a aquisição de bens ou serviços nos estabelecimentos credenciados. Sobre os termos técnicos usados nesse segmento, leia os itens a seguir.

I. Portador- é a pessoa física ou jurídica usuária do cartão.

II. Bandeira - instituição que autoriza o emissor a gerar cartões com sua marca e que coloca estabelecimentos no mundo inteiro à disposição do portador.

III. Emissor - é a administradora que afilia estabelecimentos ao sistema de cartões de crédito da bandeira que é associada.

IV. Acquirer - é a administradora vinculada a uma instituição financeira autorizada pela bandeira a emitir cartões com seu nome.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

A II e IV.

B I e II.

C II e III.

D I, II e IV.

E I, III e IV.

04. (CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Área 1) Acerca das consequências que poderão advir no caso de um cliente não liquidar integralmente, na data do vencimento, o saldo devedor da fatura do seu cartão de crédito, julgue o item a seguir.

Além do crédito rotativo, que permite ao cliente liquidar parcial ou integralmente o seu débito a qualquer momento, outras modalidades de crédito em condições mais favoráveis poderão ser-lhe oferecidas a qualquer tempo, antes do vencimento da fatura subsequente, com vistas a financiar o saldo devedor remanescente do cartão de crédito.

05. (CESPE - 2018 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Área 1) Acerca das consequências que poderão advir no caso de um cliente não liquidar integralmente, na data do vencimento, o saldo devedor da fatura do seu cartão de crédito, julgue o item a seguir.

É permitida a cobrança de juros remuneratórios sobre o saldo devedor não quitado pelo cliente, além de multa e juros de mora, nos termos da legislação em vigor.

06. (GV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) O cartão de crédito é um meio de pagamento que permite ao cliente pagar compras ou serviços até um limite de crédito previamente definido no contrato de uso do cartão. O ideal é que o cliente sempre pague suas faturas nas datas acordadas – o valor inteiro ou pelo menos um percentual do valor devido.

Esse procedimento evita:

A o cancelamento do cartão de crédito;

B o cancelamento da conta-corrente do cliente;

C a entrada no crédito rotativo;

D a entrada no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC);

E um processo junto ao Banco Central.

07. (EXATUS - 2015 - BANPARÁ - Técnico Bancário) Os cartões de crédito, também conhecidos como dinheiro de plástico são amplamente utilizados no mercado nacional tendo em vista sua facilidade e relativa segurança. Sendo assim, assinale a alternativa correta a respeito dos cartões de crédito:

A Os bancos podem cobrar um tipo de tarifa referente à prestação de serviços de cartão de crédito, conhecida como anuidade.

B Os bancos podem cobrar duas tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, ou seja, a anuidade, e o seguro contra perda, extravio ou roubo.

C Os bancos podem cobrar basicamente cinco tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, considerados serviços essenciais: anuidade, emissão de segunda via do cartão, pelo seu uso no saque em espécie, pelo seu uso para pagamento de contas.

D Os bancos são proibidos de cobrar tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, ficando essa cobrança a cargo da operadora dos cartões de crédito.

E Os bancos podem cobrar tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, conforme os serviços contratados pelos bancos e repassados aos usuários dos cartões de crédito.

08. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário - 001) Os cartões de crédito são, às vezes, chamados de “dinheiro de plástico”. Seu uso crescente como meio de pagamento implica vários aspectos, EXCETO o(a)

A ganho sobre a inflação para os possuidores de cartão, sendo os valores das compras pagos apenas no vencimento do cartão.

B crédito automático até certo limite para os possuidores de cartão.

C aumento da demanda de papel moeda pelos possuidores de cartão, para pagamento de suas transações.

D aumento da segurança da transação, tanto para o comprador quanto para o vendedor.

E indução ao crescimento de vendas para os estabelecimentos credenciados.

09. (FGV - 2014 - BNB - Analista Bancário) Na assinatura de contrato pelo Banco X com

sociedade empresária do tipo limitada foram emitidas pelo administrador da sociedade cinco notas promissórias, cada uma no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), vinculadas ao cumprimento do contrato. Rosa de Lima, empregada do banco, recebeu o contrato e os títulos para conferência e verificou que em nenhum deles foi indicado o lugar de emissão. Ao consultar seu superior, recebeu a informação correta de que as notas promissórias são:

- A nulas e deverão ser substituídas por outras onde conste expressamente o lugar de emissão;
- B válidas, por se tratar de título de crédito causal vinculado a um contrato de mútuo de fins econômicos;
- C válidas, pois na falta de indicação do lugar de emissão presume-se que esta se deu no domicílio do subscritor;
- D nulas, porque deveria ter sido emitida cédula de crédito bancário para qualquer contrato bancário;
- E nulas, porque não houve, pela sociedade, prestação de garantia real vinculada ao cumprimento do contrato.

Gabarito: 01/B; 02/E; 03/B; 04/C; 05/C; 06/C; 07/D; 08/C; 09/C;

NOÇÕES DE MERCADO DE CAPITALIS.

01. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que visa proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização.

É constituído pelas bolsas, corretoras e outras instituições financeiras autorizadas, e seus produtos principais incluem:

- A certificados de depósitos bancários e letras financeiras;
- B títulos emitidos pelo Tesouro Nacional;
- C cartas de fiança e garantias;
- D empréstimos-ponte e financiamentos de projetos;
- E ações e debêntures.

02. (IESES - 2017 – CEGÁS - Analista de Gestão - Economista) O segmento que supre as necessidades de recursos de médio e de longo prazo, principalmente com vistas à realização de investimentos de capital, e que comercializa títulos como os commercial papers e as debêntures é denominado:

- A Mercado monetário.
- B Mercado de capitais.
- C Mercado cambial.

D Mercado de crédito.

03. (FCC - CVM - Comissão de Valores Mobiliários – Inspetor/2003) - Sobre o mercado de capitais, é correto afirmar que

- A ele assume papel de relevo, por se especializar no oferecimento de recursos de curto prazo para as empresas.
- B os mercados secundários são assim chamados por exercerem um papel ínfimo no funcionamento do mercado de capitais como um todo.
- C o mercado acionário é seu único componente.
- D financiamentos de longo prazo são exemplos de operações típicas desse mercado.
- E os depósitos à vista são fundamentais para esse mercado, uma vez que eles são a principal forma de captação nas sociedades de arrendamento mercantil, para a emissão de debêntures.

04. (ESAF - BRDES - Analista de Sistemas) Os mercados financeiro e de capitais, conforme a lei que disciplina o mercado de capitais, Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, são disciplinados e fiscalizados, respectivamente, pelo

- A Banco do Brasil S/A e pelo Banco Central do Brasil.
- B Banco do Brasil S/A e pelo Conselho Monetário Nacional.
- C Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional.
- D Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- E Conselho Monetário Nacional e pelo Ministério da Fazenda.

05. (CFC - 2016 - CFC - Auditor Independente) BCB - Qual das opções abaixo é caracterizada como Risco Operacional?

- A Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços.
- B Operações sujeitas à variação cambial.
- C Operações sujeitas aos preços de mercadorias nos mercados de commodities.
- D Operações sujeitas a variação de taxas de juros.

Gabarito: 01/E; 02/B; 03/D; 04/D; 05/A;

NOÇÕES DE MERCADO DE CÂMBIO: INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR E OPERAÇÕES BÁSICAS.

01. (FCC - 2011 - Banco do Brasil – Escriturário) Ed. 02) No mercado de câmbio, estão

14 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

- autorizados a operar como agente
- A as associações de poupança e empréstimo.
- B as cooperativas de crédito.
- C as empresas de arrendamento mercantil.
- D as agências de fomento.
- E os bancos múltiplos.
- 02.** (BB - Escriturário/2020) Mercado de câmbio é o local onde moedas estrangeiras são trocadas entre agentes econômicos de todo mundo. Neste espaço, encontram-se compradores e vendedores que realizam as chamadas divisas, permutas das moedas, guiadas por taxas cambiais, que viabilizam essa paridade de capital. É graças a essa correspondência que compras e vendas podem ser feitas no exterior, seja de um produto de varejo ou até de títulos e ações de marcas globais.
- <https://www.xerpa.com.br/blog/mercado-de-cambio>, acesso em 21.06.2020
- Entre os itens a seguir, que tratam do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas, aponte a alternativa correta.
- A No contrato de câmbio de compra, a ponta vendedora não pode ser um exportador e a ponta compradora não pode ser um banco comercial.
- B O Bacen executa a política cambial definida pelo Ministério da Economia, regulamentando o mercado de câmbio e autorizando as instituições que nele operam. Também compete ao BACEN fiscalizar o referido mercado, podendo punir dirigentes e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em lei.
- C Atualmente, o regime cambial adotado no país é o de regime de taxa fixa, ou seja, há um setor do governo que determina qual é a taxa oficial.
- D No .
- E O regime cambial em vigor é o de taxa fixa e a taxa de câmbio a ser praticada é especificada pelo Fundo Monetário Internacional.
- 03.** (FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Análise Socioeconômica) Na versão relativa da paridade do poder de compra:
- A os custos de transação no mercado cambial são limitados ao país local;
- B a taxa de câmbio é definida pela razão de preços em moeda local em relação ao dólar;
- C são consideradas apenas as cestas de consumo comercializadas em comum nos dois países de comparação;
- D para uma taxa de câmbio real de equilíbrio, a taxa de câmbio nominal é corrigida pela diferença entre a inflação doméstica e estrangeira;
- E um aumento do custo de vida nos EUA é

compensado pelo mesmo aumento no país local.

- 04.** (IFB - 2017 - IFB - Professor - Economia) Quando se menciona a “Condição de Marshall-Lerner” no âmbito das transações internacionais, entende-se que:
- A os fluxos de capitais são estáveis.
- B as importações reagem à taxa de juros internacional.
- C uma depreciação cambial aumenta as exportações líquidas.
- D a amortização dos empréstimos no exterior é sempre inferior aos juros correspondentes.
- E as reservas em divisas crescem de forma contínua.
- 05.** (FCC - 2016 - PGE-MT – Analista - Economista) No domínio dos regimes cambiais,
- A o regime de câmbio flutuante ocorre entre bandas estabelecidas pelo Banco Central.
- B o regime de câmbio fixo resulta no ajustamento da taxa de câmbio pelas forças de mercado.
- C uma insuficiência de oferta de divisas é resolvida pela ação do Banco Central, no regime de câmbio flutuante puro.
- D o enfrentamento de crises é facilitado com o câmbio fixo, mesmo sem reservas cambiais.
- E o regime de câmbio flutuante não requer a intervenção do Banco Central.
- 06.** (FCM - 2016 - IF Farroupilha - RS - Docente - Economia) Em um regime de câmbio flutuante, os seguintes fatos tendem a desvalorizar a moeda nacional, EXCETO:
- A Redução das exportações.
- B Aumento na taxa de juros básica interna.
- C Forte entrada, no país, de capitais de curto prazo.
- D Grande elevação nos gastos de brasileiros no exterior.
- E Empresas multinacionais, instaladas no Brasil, remetem mais lucros aos seus acionistas no estrangeiro, em relação ao período anterior
- 07.** (AFIPA - 2016 - APPA - PR - Analista Portuário - Economista) A atividade portuária é importante para o comércio internacional, que por sua vez, está diretamente relacionado às características de uma economia aberta e dos regimes cambiais. Sobre esses temas, pode-se afirmar CORRETAMENTE que:
- A O balanço de pagamentos divide-se em duas contas principais: as Contas Correntes e a Conta de Capital e Financeira. No entanto, as exportações portuárias não são incluídas em nenhuma dessas, mas sim na conta da balança comercial.

- B No regime de câmbio fixo, a autoridade monetária determina o valor da taxa de câmbio e a garantia dessa taxa se dá pela atuação dos agentes privados no mercado.
- C No regime de taxa de câmbio flutuante, a taxa de câmbio se ajusta à oferta e à demanda no mercado de divisas de modo que o Balanço de Pagamentos sempre estará em desequilíbrio em virtude dessas oscilações.
- D O regime de câmbio fixo não é compatível com uma situação de déficit persistente na Balança de Pagamentos a longo prazo.

08. (AOCP - 2016 - EBSEH - Analista Administrativo - Economia - CH-UFPA) Qual é o regime de câmbio que consiste em “uma espécie de versão contemporânea do antigo padrão-ouro, adaptada a um mundo em que o meio internacional de pagamento é uma moeda fiduciária” ?

- A Bandas cambiais.
- B Câmbio sujo (Dirty floating).
- C Câmbio deslizante.
- D Pass-through.
- E Currency Board.

09. (FCC - 2016 - ELETROBRAS-ELETROSUL) Ciências Econômicas

Uma decorrência do movimento de globalização financeira foi a ampliação dos impactos das turbulências internacionais em economias abertas. Uma forma de se atuar com um escudo de proteção para amortecer esses impactos é aplicando o regime de câmbio

- A flutuante, que permitirá ao Banco Central maior liberdade para atuar na política monetária.
- B fixo, que não demanda intervenções do Banco Central.
- C flutuante, eis que o Banco Central é obrigado a intervir quando houver excesso de demanda por moeda estrangeira.
- D fixo, eis que, com isso, os efeitos da taxa de câmbio ocorrerão fundamentalmente na balança comercial, sem afetar as movimentações financeiras internacionais.
- E fixo, porém com banda rígida, com intervenções do Banco Central.

10. (Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ - 2015 - Câmara Municipal do Rio de Janeiro) Quanto a um regime de câmbio fixo, em comparação a um regime de câmbio flutuante, espera-se que:

- A ajude no controle de preços e da taxa de juros, elevando o nível de atividade econômica.
- B seja uma forma de garantir a competitividade dos produtos nacionais em relação aos importados.
- C atenuar choques externos, pois qualquer

desequilíbrio reflete-se no câmbio e não necessariamente na atividade econômica.

- D as autoridades monetárias percam o controle sobre a política monetária, dificultando o uso deste tipo de instrumento para influenciar o nível de atividade econômica.

11. (FCC - 2015 - MANAUSPREV - Analista Previdenciário - Economia) Sobre os diferentes regimes de taxa de câmbio, é correto afirmar que

- A a experiência histórica com regime de câmbio fixo, nos países em desenvolvimento, revela ser esse regime o que garante a maior estabilidade das contas externas, pois prescinde das estruturas de importações e exportações dos países, pois é garantido que o mercado internacional financeiro garante plena liquidez em todos os momentos.

- B uma taxa de câmbio flexível implica um ajustamento do balanço de pagamentos por meio da elevação da taxa de juros, uma vez que a taxa de câmbio apenas pode variar para baixo.

- C em um regime de taxa de câmbio flexível é possível ter metas de taxa real de câmbio, pois pode-se sempre ajustar a taxa nominal de câmbio para atingir-se um nível real do câmbio.

- D um regime de câmbio fixo torna a política monetária de uma país emissor de moeda não conversível mais eficaz, pois permite à autoridade monetária prevenir qualquer ataque especulativo contra a moeda, independentemente do nível de suas reservas internacionais de divisas estrangeiras.

- E uma taxa de câmbio ajustável (com flutuação suja) significa que a autoridade monetária pode intervir no mercado de câmbio para impor limites à flutuação da taxa de câmbio. No Brasil, o Banco Central costuma intervir no mercado de contratos futuros de câmbio com os chamados swaps cambiais.

12. (FEPESE - 2017 - JUCESC - Analista Técnico Administrativo II) Considere uma economia aberta, com perfeita mobilidade de capitais e que opera com taxa de câmbio flexível.

Assinale a alternativa que traduz corretamente o efeito de longo prazo sobre a taxa de juros e o nível de renda agregado, derivados de um crescimento de suas exportações.

- A A taxa de juros e o nível de renda agregada estarão, respectivamente, em nível superior e inferior aos níveis do período que antecedeu o aumento das exportações.

- B Tanto a taxa de juros como o nível de renda agregada estarão em níveis inferiores aos do período que antecedeu o aumento das exportações.

- C A taxa de juros e o nível de renda agregado

16 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

estarão, respectivamente, em nível inferior e superior aos níveis do período que antecedeu o aumento das exportações.

- D A taxa de juros estará no mesmo nível do período que antecedeu o aumento das exportações, enquanto que o nível de renda agregada estará em nível superior.
- E Tanto a taxa de juros como o nível de renda agregada estarão no mesmo nível do período que antecedeu o aumento das exportações.

Gabarito: 01/E; 02/D; 03/D; 04/C; 05/E; 06/B; 07/D; 08/E; 09/A; 10/C; 11/E; 12/E

REGIMES DE TAXAS DE CÂMBIO FIXAS, FLUTUANTES E REGIMES INTERMEDIÁRIOS.

01. (FGV - 2010 - CODEBA - Administrador) Com relação à taxa de câmbio e regimes cambiais, é INCORRETO afirmar que

- A num regime de taxa de câmbio flexível, um excesso de oferta de divisas estrangeiras tende a provocar apreciação cambial.
- B uma elevação da taxa de juros interna tende a estimular as exportações em função da apreciação da moeda nacional, num regime de câmbio flexível.
- C num sistema de taxa de câmbio flexível ou flutuante, o valor da taxa de câmbio é determinado livremente de acordo com oferta e demanda de divisas estrangeiras.
- D num regime de câmbio flexível ou flutuante, uma depreciação da taxa de câmbio tende a estimular as exportações.
- E num regime de câmbio fixo, a taxa de câmbio é mantida fixa a partir da intervenção do Banco Central no mercado cambial.

02. (FCC - 2016 - PGE-MT - Analista – Economista) No domínio dos regimes cambiais,

- A o regime de câmbio flutuante ocorre entre bandas estabelecidas pelo Banco Central.
- B o regime de câmbio fixo resulta no ajustamento da taxa de câmbio pelas forças de mercado.
- C uma insuficiência de oferta de divisas é resolvida pela ação do Banco Central, no regime de câmbio flutuante puro.
- D o enfrentamento de crises é facilitado com o câmbio fixo, mesmo sem reservas cambiais.
- E o regime de câmbio flutuante não requer a intervenção do Banco Central.

03. (FCC - 2014 - SABESP - Analista de Gestão - Economista) O regime cambial brasileiro atual é o de Câmbio Flutuante, no qual a cotação da moeda estrangeira pode sofrer oscilações

diárias. Essas oscilações podem ter movimentos de desvalorização ou valorização da taxa de câmbio. Favorece as importações de um país, no curto prazo, quando, na taxa de câmbio, há oscilações

- A na valorização no valor da cotação.
- B na desvalorização no valor da cotação.
- C no aumento brusco no valor da cotação.
- D na diminuição da liquidez de moeda estrangeira.
- E na queda significativa das Reservas Internacionais.

04. (ESGRANRIO - 2015 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário) O ACC, Adiantamento sobre Contrato de Câmbio é um dos mais conhecidos mecanismos de financiamento

- A à importação, após o embarque dos bens.
- B à importação na fase de produção ou pré-embarque dos bens.
- C à exportação, após o embarque dos bens.
- D de viagens ao exterior.
- E à exportação na fase de produção ou pré-embarque

05. (IBADE - 2019 - DEPASA - AC - Economista) Num ambiente onde as taxas de câmbio são fixadas pelo governo, e objetivando mantê-la num nível elevado, o BACEN compra divisas, suprimindo-as do mercado e, em consequência, gerando um aumento da moeda nacional. Essa ação embora estimule um processo inflacionário é combatida com a venda de títulos públicos. Essa operação é conhecida no mercado como:

- A especulação.
- B intervenção.
- C flutuação
- D enxugamento.
- E esterilização.

Gabarito: 01/B; 02/E; 03/A; 04/E; 05/E;

TAXAS DE CÂMBIO NOMINAIS E REAIS;

01. (FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Economia) Considere a taxa de câmbio nominal definida como: R\$/US\$, em que R\$ = Reais e US\$ = Dólares. A desvalorização real da moeda brasileira ocorre quando:

- A a taxa de câmbio efetiva diminui;
- B a moeda brasileira se valoriza em relação ao dólar;
- C a taxa de câmbio nominal diminui;
- D há deflação no Brasil e inflação nos EUA;

E o índice de preços no Brasil supera o preço do produto estrangeiro, medido em moeda brasileira.

02. (IADES - 2017 - Fundação Hemocentro de Brasília - DF - Economia) De acordo com a teoria da paridade do poder de compra, a variação da taxa de câmbio nominal deve ser aproximadamente igual à diferença entre a taxa de inflação interna e a taxa de inflação internacional.

Com base nessa informação, suponha que, em 01/01/20X1, a taxa de câmbio era de 3,00 reais por dólar e, em 01/01/20X2, a taxa de câmbio subiu para 3,20 reais por dólar. No período, a inflação doméstica foi de 10%, e a inflação nos Estados Unidos foi de 5%. Considerando a taxa de câmbio real em 01/01/20X2, assinale a alternativa correta.

- A A taxa de câmbio real apreciou em relação a 01/01/20X1.
- B As exportações ficaram menos competitivas.
- C A moeda nacional se desvalorizou em termos reais.
- D Dado o diferencial de inflação, a taxa de câmbio nominal não se alterou.
- E O produto nacional está mais caro em comparação com o produto importado.

03. (FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Economista) O comportamento do balanço de pagamentos é sensível ao regime cambial adotado pelo país. Assim, em um regime de

- A taxa de câmbio flutuante, a política monetária é eficaz em determinar a taxa de câmbio real, muito embora não tenha controle sobre a taxa nominal de câmbio.
- B flutuação suja ou controlada, a taxa de câmbio nominal é mantida fixa de sorte a atrair capitais estrangeiros interessados em carry trade.
- C câmbio fixo, o crescimento sustentado da economia baseado em déficits em transações correntes torna o equilíbrio das contas externas diretamente dependente da liquidez no mercado financeiro internacional.
- D câmbio fixo, aumenta a eficácia da política monetária ao isolar a economia de variações nos preços internacionais dos bens importados.
- E câmbio fixo, é maior o espaço de decisão à política monetária doméstica, razão pela qual é preferível ao regime de flutuação.

04. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Se a taxa de câmbio estiver num patamar muito baixo, por exemplo, R\$ 2,00 por dólar americano, e o Banco Central desejar realizar uma intervenção para aproximar a taxa de R\$ 3,00, é preciso que a instituição:

A venda dólares no mercado de câmbio à vista;

- B venda dólares no mercado de câmbio futuro;
- C fique comprada num swap cambial reverso;
- D fique comprada num swap cambial tradicional;
- E realize a emissão de títulos cambiais no mercado.

Gabarito: 01/D; 02/C; 03/C; 04/C;

IMPACTOS DAS TAXAS DE CÂMBIO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES.

01. (FCC - 2010 - METRÔ-SP - Analista Treinee - Economia) Uma desvalorização da taxa de câmbio da economia, caso seja válida a condição de Marshall-Lerner, provocará

- A aumento das importações.
- B equilíbrio no balanço de pagamentos.
- C diminuição das exportações.
- D decréscimo da entrada de capitais estrangeiros no país.
- E aumento das exportações líquidas.

02. (CESGRANRIO - 2010 - ELETROBRÁS - Economista) Se houver um aumento na demanda mundial pelas exportações de um país, em regime cambial flutuante, a curto prazo sua(seu)

- A taxa de juros doméstica diminuirá.
- B moeda será valorizada no mercado de câmbio.
- C taxa de desemprego aumentará.
- D balanço comercial ficará superavitário.
- E banco central acumulará mais reservas em divisas internacionais.

03. (CESGRANRIO - 2012 - Banco do Brasil - Escriturário) O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de negociação com moedas internacionais. A operação que envolve compra e venda de moedas estrangeiras em espécie é denominada

- A câmbio manual
- B câmbio sacado
- C exportação
- D importação
- E transferência

04. (CESPE / CEBRASPE Órgão: Banco da Amazônia/2009) Importadores e exportadores negociam os seus pagamentos e recebimentos de moedas estrangeiras com instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio. Essas operações criam posições compradas e vendidas para as instituições

financeiras e para o sistema bancário. Acerca desse tema, julgue o item que se segue.

Se um banco autorizado a operar no mercado de câmbio fizer um contrato de compra de moeda estrangeira junto ao BACEN, isso alterará a sua posição de câmbio e a do sistema, aumentando a posição comprada do banco ou diminuindo a sua posição vendida.

Gabarito: 01/E; 02/B; 03/A; 04/C;

DIFERENCIAL DE JUROS INTERNO E EXTERNO, PRÊMIOS DE RISCO, FLUXO DE CAPITAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TAXAS DE CÂMBIO.

01. (UEPA - 2013 - SEAD-PA - Fiscal de Receitas Estaduais) Considerando a oferta e a demanda de divisas e que a taxa de câmbio real, na cotação do incerto, é dada pelo produto entre a taxa de câmbio nominal (e) e a razão entre o nível de preço externo e interno (P^*/P), analise as afirmativas abaixo e identifique-as em Verdadeiro ou Falso:

- () Uma desvalorização real terá efeitos positivos sobre as exportações.
- () Uma elevação da taxa de câmbio nominal terá efeitos positivos sobre as exportações.
- () A taxa nominal de câmbio é uma paridade entre moedas, enquanto a taxa real de câmbio é uma paridade entre produtos (bens e serviços).
- () Se o diferencial entre a taxa de juros nacional e a taxa de juros estrangeira aumenta, há uma tendência para a queda da taxa de câmbio.
- () Aumentos da renda do país estrangeiro têm o mesmo efeito que um aumento de preços nacionais sobre a taxa de câmbio.

A sequência correta é:

- A V,F,F,F,V
- B V,V,V,V,F
- C V,V,F,V,F
- D V,V,V,V,V
- E F,F, V,V,F

02. (FGV - 2018 - Banestes - Assistente Securitário - Banestes Corretora) A precificação em seguro começa com o cálculo do prêmio de risco, que é o quociente entre a expectativa de sinistros incorridos (inclusive despesas de regulação de sinistros) e o número de unidades expostas ao risco.

Esse prêmio também é conhecido como:

- A comercial;
- B bruto;
- C líquido;
- D tarifário;

E estatístico.

03. (SUGEP - UFRPE - 2016 - UFRPE - Administrador) O Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM) é uma ferramenta analítica extremamente importante, tanto para as finanças administrativas quanto para a análise de investimentos. Esse modelo incorpora à análise uma relação entre risco e taxas de retorno.

Considerando o exposto, analise as proposições a seguir.

- 1) O Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM) baseia-se na proposição de que a taxa de retorno requerida de qualquer ação é igual à taxa de retorno isenta de risco mais um prêmio de risco, em que o risco reflete a diversificação.
- 2) Risco de mercado pode ser compreendido como parte do risco de um título que não pode ser eliminada pela diversificação da carteira de investimentos.
- 3) O retorno esperado de uma carteira é obtido pelo desvio padrão das ações mantidas na carteira.
- 4) O coeficiente beta é a medida apropriada do risco relevante de uma ação.

Estão corretas, apenas:

- A 1 e 2.
- B 1 e 3.
- C 3 e 4.
- D 1, 2 e 4.
- E 2, 3 e 4.

04. (CESPE / CEBRASPE - 2007 - Banco do Brasil - Escriturário - 003) O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue os itens que se seguem.

A taxa de câmbio mede o valor externo da moeda, fornecendo uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e desses preços nos demais países.

Gabarito: 01/B; 02/C; 03/D; 04/C;

DINÂMICA DO MERCADO: OPERAÇÕES NO MERCADO INTERBANCÁRIO.

01. (FEPESE - SEFAZ SC / fepese/2010) O sistema financeiro é segmentado nos seguintes subsistemas:

- A O mercado de crédito formal e o mercado de crédito informal.
- B O mercado financeiro; o mercado de capital; o

mercado monetário e não monetário; o mercado cambial; o mercado de capitais; e o mercado bancário.

- C O mercado de crédito; o mercado monetário; o mercado cambial; e o mercado de capitais (ou mercado de valores mobiliários).
- D O mercado monetário e não monetário; o mercado cambial; o mercado interbancário; o mercado de ações
- E O mercado de crédito (governos e bancos); mercado de plástico (cartões); mercado acionário; e mercado interbancário.

02. (ESPP - 2012 - BANPARÁ - Técnico Bancário) Leia as afirmações abaixo sobre Mercado Primário e Secundário e assinale a alternativa correta.

- I. A operação de mercado primário implica o recebimento ou a entrega de moeda estrangeira por parte de clientes no País, correspondendo a fluxo de entrada ou de saída da moeda estrangeira do País. Esse é o caso das operações realizadas com exportadores, importadores, viajantes etc.
- II. Mercado secundário e também denominado mercado interbancário quando os negócios são realizados entre bancos. O cliente, pessoa física, negocia a compra/ venda da moeda estrangeira direto no guichê do banco.
- III. A operação de mercado primário não implica o recebimento ou entrega de moeda estrangeira no País.

- A Somente a afirmativa I está correta.
- B Somente a afirmativa II está correta.
- C Somente a afirmativa III está correta.
- D Todas as afirmativas estão corretas.
- E Todas as afirmativas estão incorretas.

03. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário - Administrativo) Assinale a opção correta a respeito das operações realizadas no mercado de câmbio brasileiro.

- A As operações de câmbio não podem ser canceladas, mesmo que exista consenso entre as partes, com exceção das operações de câmbio simplificado e interbancárias.
- B Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio devem observar as regras para a perfeita identificação dos seus clientes, bem como verificar as responsabilidades das partes e a legalidade das operações.
- C Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio não podem realizar operações de compra e de venda de moeda estrangeira com instituição bancária do exterior, em contrapartida aos reais em espécie recebidos do exterior ou para lá enviados.
- D Nas operações de compra e venda de moeda estrangeira, em qualquer valor, não há

necessidade de identificação do comprador ou do vendedor, podendo o contravalor ser pago ou recebido diretamente em espécie.

- E No contrato de câmbio, podem ser alterados os dados referentes às identidades do comprador ou do vendedor, ao valor em moeda nacional, ao código da moeda estrangeira e à taxa de câmbio.

04. (CESGRANRIO - 2015 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário) O ACC, Adiantamento sobre Contrato de Câmbio é um dos mais conhecidos mecanismos de financiamento

- A à importação, após o embarque dos bens.
- B à importação na fase de produção ou pré-embarque dos bens.
- C à exportação, após o embarque dos bens.
- D de viagens ao exterior.
- E à exportação na fase de produção ou pré-embarque

Gabarito: 01/C; 02/A; 03/B; 04/C;

MERCADO BANCÁRIO: OPERAÇÕES DE TESOURARIA, VAREJO BANCÁRIO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO.

Sem referência de questões

TAXAS DE JUROS DE CURTO PRAZO E A CURVA DE JUROS; TAXAS DE JUROS NOMINAIS E REAIS.

Sem referência de questões

GARANTIAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: AVAL; FIANÇA; PENHOR MERCANTIL; ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA; HIPOTECA; FIANÇAS BANCÁRIAS.

01. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) administra o mecanismo de proteção aos depositantes e investidores no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e, sob certas condições, garante cobertura ordinária sobre

- A depósitos à vista e valores aplicados em previdência privada VGBL ou PGBL.
- B depósitos sacáveis mediante aviso prévio e letras de câmbio.
- C depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, e depósitos judiciais.
- D letras de crédito do agronegócio e cotas de fundos de investimento.
- E operações relacionadas a programas de interesse governamental instituídos por lei e depósitos de poupança.

02. (FGV - 2018 – Banestes) Técnico Bancário Durante a vigência de um contrato de fiança, o credor Atílio concedeu prorrogação do prazo de pagamento da dívida (moratória) ao afiançado sem consentimento do fiador Jerônimo. Com esse ato por parte do credor, é correto afirmar que:

- A deverá Jerônimo requerer a Atílio prorrogação do prazo de duração do contrato para se adequar à moratória concedida ao afiançado;
- B Jerônimo, ainda que solidário pelo pagamento da dívida perante Atílio, ficará desobrigado pela falta de consentimento com a moratória;
- C Jerônimo permanecerá obrigado pelo pagamento da dívida pelos 6 meses seguintes ao dia do vencimento; findo tal prazo ficará desobrigado;
- D caberá a Atílio decidir se Jerônimo ficará ou não desobrigado da fiança com a concessão da moratória;
- E Jerônimo poderá pedir a anulação do contrato porque é proibido ao credor conceder moratória ao afiançado.

Gabarito: 01/B; 02/? FALTA A RESPOSTA

GARANTIAS PESSOAIS

01. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Uma das garantias ao cumprimento de um contrato celebrado no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) é a alienação fiduciária. Sobre o instituto e suas disposições legais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Por meio da alienação fiduciária o devedor, ou fiduciante, com a finalidade de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de bem imóvel.
- II. A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI.
- III. Constitui-se a propriedade fiduciária de bem imóvel através do registro do contrato que lhe serve de título no competente Registro de Imóveis.

Está correto o que se afirma em:

- A somente I;
- B somente II;
- C somente I e III;
- D somente II e III;
- E I, II e III.

02. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Em garantia de empréstimo concedido pelo Banco W, Tereza deu um imóvel de sua propriedade ao credor. A garantia constituída abrange todas as acessões, melhoramentos ou

construções do imóvel e não impede a proprietária de aliená-lo.

Com base nessas informações, a garantia prestada por Tereza é:

- A aval;
- B fiança bancária;
- C alienação fiduciária em garantia;
- D hipoteca;
- E anticrese.

03. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Alfredo contraiu uma dívida com o Banco X e assinou uma cédula de crédito bancário com o aval de João.

Em relação ao aval, é correto afirmar que o avalista:

- A passa a ser o único responsável pelo pagamento, exonerando o avalizado Alfredo de responsabilidade;
- B responderá subsidiariamente pelo pagamento, na ausência de bens suficientes de Alfredo para pagar a dívida;
- C torna-se devedor solidário pelo pagamento perante o Banco X, podendo esse cobrar a dívida tanto dele quanto do avalizado;
- D não se obriga pelo pagamento porque é nulo aval prestado em favor de instituição financeira, caso do Banco X;
- E responderá pelo pagamento solidariamente com Alfredo, desde que esse celebre simultaneamente contrato de fiança com o Banco X.

04. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) A fiança bancária é uma operação tradicional no mercado brasileiro, em que um banco, por meio da “carta de fiança”, assume o papel de fiador de uma outra companhia numa operação comercial, concorrência pública ou de crédito.

Do ponto de vista dos riscos envolvidos para as partes, há mitigação do risco:

- A de crédito envolvido entre o fiador (banco) e o afiançado (empresa);
- B de mercado envolvido entre a empresa afiançada e sua contraparte – um fornecedor, por exemplo;
- C operacional envolvido entre a empresa afiançada e sua contraparte – um fornecedor, por exemplo;
- D de crédito envolvido entre a empresa afiançada e sua contraparte – um fornecedor, por exemplo;
- E de mercado envolvido entre o fiador (banco) e o afiançado (empresa).

05. (FADESP - 2018 - BANPARÁ - Técnico Bancário) O pagamento da dívida é garantido com um bem imóvel. Embora conserve a posse

do bem, a empresa só readquire sua propriedade após a quitação integral da dívida. Se a dívida não for paga ou se for paga apenas uma parte dela, ao fim do prazo contratado a instituição pode assumir a propriedade do bem. Essas características referem-se à garantia do tipo

- A aval.
- B fiança.
- C alienação fiduciária.
- D penhora.
- E hipoteca.

06. (CFC - 2016 - CFC - Auditor Independente - BCB) As garantias são contabilizadas levando-se em conta o valor pelo qual foram recebidas ou prestadas, NÃO cabendo registro em contas:

- A de compensação as receitas em operações ativas, quando mantidas em poder da instituição ou de terceiros, exceto o próprio mutuário.
- B patrimoniais, quando constituídas em dinheiro.
- C de compensação as prestadas, quando não prevista sua vinculação nas respectivas contas do ativo.
- D de resultados, quando prevista sua vinculação a contas do passivo.

07. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário) Ao conceder uma fiança bancária a determinado cliente, um banco garante o cumprimento de uma obrigação pelo cliente, mediante uma remuneração.

- A fiança bancária
- A não precisa ser aprovada pela área de crédito dos bancos.
- B é proibida pelo Banco Central do Brasil no caso de operações que não tenham perfeita caracterização do valor em moeda nacional.
- C tem remuneração limitada à taxa de juros de referência da economia.
- D não é utilizada nas negociações registradas na Bolsa de Mercadorias e Futuro.
- E é uma operação de crédito e, portanto, sujeita ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

08. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário - 001) Sr. X é concitado por Sr. Y a atuar como avalista em título de crédito no qual Sr. Y é devedor. Dado o alto grau de amizade entre os dois, o ato é praticado. Algum tempo depois, Sr. X recebe comunicação de que pende de pagamento a dívida resultante do aval.

Diversas dúvidas acudiram ao avalista que, consultando profissional especializado em títulos de crédito, assentou que o seu dever de

pagamento estaria relacionado a

- A obrigações portadas por devedor, mesmo ilíquidas
- B cláusulas contratuais estipuladas em desfavor do devedor
- C títulos de crédito derivados do original
- D obrigação líquida constante do título
- E toque de débito do avalizado junto ao credor

09. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário - 001) A sociedade empresária W & Z Ltda. pretende expandir a sua atuação e, para tal fito, necessita de numerário, uma vez que seu capital disponível não lhe permite corporificar seu crescimento. Nessa linha, inventaria os seus bens desembaraçados disponíveis e apresenta proposta de empréstimo bancário com as garantias que enumera no documento que entrega ao gerente do Banco onde tem suas operações financeiras. O gerente sugere que a garantia seja concretizada por penhor mercantil e apresenta os contratos necessários, previamente aprovados pelo setor jurídico, e indica que o numerário será disponibilizado em até vinte e quatro horas após a formalização do negócio.

Nos termos do Código Civil, prometendo pagar em dinheiro a dívida que garante com penhor mercantil, o devedor poderá emitir, em favor do credor,

- A cheque especial
- B letra de câmbio própria
- C debênture comercial
- D carta de crédito pignoratícia
- E cédula do respectivo crédito

Gabarito: 01/E; 02/D; 03/C; 04/D; 05/C; 06/D; 07/B; 08/D; 09/E;

GARANTIAS REAIS

01. (CESPE - 2018 - BNB - Analista Bancário) Acerca de elementos e de requisitos relativos aos Cs de crédito (caráter, capacidade, capital, colateral e condições), julgue o item que se segue.

O C de colateral diz respeito à capacidade de o cliente oferecer ativos que garantam à instituição financeira que lhe tenha concedido o crédito uma segurança adicional quanto ao retorno dos recursos emprestados.

02. (CESPE - 2015 - Telebras - Analista Superior - Finanças) Com relação aos produtos e serviços bancários, julgue o item que se segue.

Nas operações de crédito garantidas pela alienação fiduciária de bens imóveis, sendo transferida ao credor a propriedade resolúvel

22 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

do imóvel objeto da garantia, a retomada do bem, em caso de inadimplemento do devedor, é mais célere do que nas operações de crédito garantidas por hipoteca.

03. (FGV - 2014 - BNB - Analista Bancário) Com relação à diferença entre aval e fiança, é correto afirmar que:

- A o aval é uma garantia pessoal, enquanto a fiança é uma garantia real;
- B o aval é uma garantia real, enquanto a fiança é uma garantia pessoal;
- C o aval é uma garantia constituída em um título de crédito, enquanto a fiança é uma garantia estabelecida em contrato ou carta;
- D no aval, o credor pode acionar diretamente o avalista, enquanto na fiança se aciona o fiel depositário;
- E o aval precisa da assinatura do cônjuge, enquanto a fiança não tem essa exigência.

04. (FGV - 2014 - BNB - Analista Bancário) Os seguintes bens podem ser oferecidos como garantia na modalidade penhor:

- (I) joias e relógios;
- (II) imóveis;
- (III) aeronaves;
- (IV) navios.

Assinale se:

- A somente I e III estiverem corretas;
- B somente II e IV estiverem corretas;
- C somente I estiver correta;
- D somente II estiver correta;
- E somente II, III e IV estiverem corretas.

05. (CESGRANRIO - 2014 - Banco do Brasil - Escriturário) Um bancário, almejando promoção na carreira, realiza diversos cursos propostos pelo seu empregador. Ao final de um desses cursos, foi apresentada uma questão exigindo do aluno o conhecimento de que a hipoteca.

- A é inaplicável sobre as acessões do imóvel hipotecado
- B é relacionada aos títulos de crédito documentados
- C acarreta a proibição de alienação do imóvel hipotecado.
- D pode incidir sobre navios e aeronaves.
- E pode ser realizada por pessoa absolutamente incapaz.

06. (CESGRANRIO - 2014 - Banco do Brasil - Escriturário) Um gerente participa de processo de treinamento sobre títulos de créditos e garantias do Sistema Financeiro Nacional.

Durante a avaliação dos itens abordados no treinamento, o gerente, que se dedicou com

afinco aos estudos, responde, apropriadamente, que o aval, nos termos do Código Civil,

- A gera direito de regresso contra o avalizado em caso de pagamento pelo avalista.
- B é garantia típica dos contratos bancários.
- C pode ser parcial quando firmado em título de crédito.
- D pode ser considerado até declaração judicial quando cancelado.
- E deve ser subscrito exclusivamente no anverso do título.

07. (CESGRANRIO - 2013 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário - 1) Para se resguardarem de possíveis inadimplências nas operações de cessão de crédito aos seus clientes, os Bancos estabelecem alguns tipos de garantia.

- O aval é uma garantia
- A real extrajudicial e incide sobre bens imóveis ou equiparados que pertençam ao devedor ou a terceiros.
- B pessoal autônoma e solidária destinada a garantir títulos de crédito, permitindo que um terceiro seja coobrigado em relação às obrigações assumidas.
- C real vinculada a uma coisa móvel ou mobilizável que ficará em poder do Banco durante a operação de empréstimo.
- D vinculada a um bem móvel que fica em nome do Banco até o término do pagamento do empréstimo.
- E exigida pelo prestador de acordo com o risco da operação e pode ser real ou impessoal.

08. (FCC - 2013 - Banco do Brasil - Escriturário - 2013) O penhor mercantil é modalidade de garantia que pode ser exigida por operadores do Sistema Financeiro Nacional na formalização de operações de crédito em que

- A haja dispensa de fiel depositário.
- B o valor atualizado do bem não exceda 50% do valor financiado.
- C esse direito recaia sobre bens móveis.
- D o devedor possa substituir os bens empenhados sem autorização prévia do credor.
- E os recursos liberados permaneçam depositados na mesma instituição financeira.

09. (FCC - 2013 - Banco do Brasil - Escriturário) A operação por meio da qual a instituição financeira garante em contrato, perante terceiros, o cumprimento de obrigações decorrentes de riscos assumidos por parte do seu cliente é denominada

- A fiança bancária.
- B penhor mercantil.
- C alienação fiduciária.

D adiantamento de contrato de câmbio.

E aval.

10. (IDECAN - 2012 - Banestes - Técnico Bancário) Considerando as garantias que podem ser concedidas e/ou requeridas por instituições financeiras, marque a alternativa INCORRETA.

A Dívidas futuras podem ser objeto de fiança, mas o fiador não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor.

B É vedado o aval parcial, salvo disposição diversa em lei especial.

C Nas dívidas garantidas por penhor ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.

D Constitui-se o penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o representante, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

E No penhor industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas devem continuar em poder do credor, que as deve guardar e conservar.

Gabarito: 01/C; 02/C; 03/C; 04/C; 05/D; 06/A; 07/B; 08/C; 09/A; 10/E;

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: CONCEITO E ETAPAS; PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: LEI Nº 9.613/98 E SUAS ALTERAÇÕES; CIRCULAR Nº 3.978, DE 23 DE JANEIRO DE 2020 E CARTA CIRCULAR Nº 4.001, DE 29 DE JANEIRO DE 2020 E SUAS ALTERAÇÕES.

LEI Nº 9.613/98 E SUAS ALTERAÇÕES

01. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) A Lei nº 9.613/1998 tipifica, no respectivo art. 1º, os crimes de lavagem de dinheiro, com enquadramento penal básico consistente na ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, ao tempo em que estabelece, nos arts. 2º a 7º, disposições especiais referentes a processo e julgamento, bem como aos efeitos pessoais e patrimoniais de eventual condenação.

Considerando os aspectos legais referentes à lavagem de dinheiro e o fato de que ela se desenvolve em fases que eventualmente se superpõem ou comunicam, assinale a alternativa correta.

A A primeira fase da lavagem de dinheiro,

denominada “dissimulação” (layering), é caracterizada por uma multiplicidade de operações e transações realizadas mediante empresas e contas sem aparente relação com o agente envolvido na prática delituosa, tornando impossível ou extremamente difícil identificar a origem ilícita dos bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

B Os crimes de lavagem de dinheiro somente se configuram caso sejam cometidos de forma reiterada ou se a infração penal antecedente tiver sido praticada por organização criminosa.

C A pena para os crimes de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, sendo possível ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o agente, no curso de investigação ou processo, colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto da infração penal.

D Os tipos penais de lavagem de dinheiro admitem a forma culposa, em que o agente criminoso dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

E O processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.

02. (CESPE / CEBRASPE Órgão: CGE - CE/2018) Acerca do crime de lavagem de dinheiro — previsto na Lei n.º 9.613/1998 —, assinale a opção correta, de acordo com a legislação de regência e o atual entendimento do STF.

A O conceito de infração penal anterior apresentado na Lei n.º 9.613/1998 é restrito: ele exclui os crimes de menor potencial ofensivo.

B Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, é indispensável que a organização criminosa tenha concorrido, de qualquer modo, para a prática da infração penal anterior.

C O crime de lavagem de dinheiro é crime material: a ocultação de valores provenientes de infração penal anterior só produz resultado depois de esses valores serem introduzidos no sistema financeiro pela organização criminosa.

D O crime de lavagem de dinheiro é crime plurissubjetivo: fica configurado quando a operação de ocultar bens ou valores provenientes de infração penal anterior for realizada especificamente por organização criminosa.

E O crime de lavagem de dinheiro será crime permanente se for praticado na modalidade de

24 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

ocultar os valores provenientes de infração penal anterior, estendendo-se a sua execução até que os objetos materiais da lavagem se tornem conhecidos.

03. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Analise as três situações a seguir.

- I. Clara, para ocultar a utilização de bens provenientes de infração penal de receptação, os converte em ativos lícitos.
- II. Joana, para dissimular a utilização de bens provenientes de crime anterior praticado por terceiro, os adquire e, posteriormente, troca aqueles bens.
- III. Paloma oculta a origem de direitos provenientes indiretamente de infração penal de peculato.

De acordo com as previsões do Art. 1º da Lei nº 9.613/98, é correto afirmar que configura(m) crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a(s) conduta(s) de:

- A Clara, Joana e Paloma;
- B Clara e Joana, apenas;
- C Clara, apenas;
- D Joana, apenas;
- E Paloma, apenas.

04. (CESPE - 2016 - FUNPRESP-JUD - Analista - Controle Interno/Auditoria) Acerca dos controles internos aplicados à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, julgue o item que se segue. Nos fundos de investimentos, dada a variedade de estruturas permitidas, existe o risco de uma operação envolver lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, o que requer a adoção de procedimentos com vista ao aperfeiçoamento do controle prévio. Assim, recomenda-se que a realização de várias aplicações, com valores muito diferentes e em intervalos regulares de tempo, em contas de investimentos em fundos seja comunicada ao COAF.

05. (CESPE - 2016 - FUNPRESP-JUD - Analista - Controle Interno/Auditoria) Acerca dos controles internos aplicados à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, julgue o item que se segue.

Para prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, é recomendável que as instituições atentem especialmente para operações de investidores não residentes constituídos sob a forma de trusts e sociedades com títulos ao portador.

06. (CESPE / CEBRASPE - 2016 - FUNPRESP-EXE - Analista - Área Investimentos) A respeito

da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro, julgue o item que se segue.

- I- As comercializações feitas por pessoas físicas estão excluídas do escopo do monitoramento e da prevenção à lavagem de dinheiro.
- II- Todas as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil são responsáveis pela prevenção ao crime de lavagem de dinheiro.

07. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário) Sr. X é gerente de uma agência bancária. Ele recebe o cliente, Sr. W, conhecido empresário do ramo da construção civil, com inúmeras aplicações financeiras na agência. Com o passar do tempo, gerente e cliente tornam-se amigos e confidentes. Em determinado dia, o empresário lhe confidencia ter recebido uma proposta de um conhecido para legalizar valores que ele recebia, sem declarar à Receita Federal, e que adviriam de atividades não autorizadas pela lei.

Diante desse fato, o gerente adverte seu cliente de que, caso acolhesse a proposta, estaria realizando, em termos de lavagem de dinheiro, o que caracteriza a etapa de

- A ocultação
- B conclusão
- C multiplicação
- D integração
- E manutenção

08. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário) Sr. X é cidadão brasileiro, possuindo bens, direitos e obrigações no Brasil, bem como atividades negociais no exterior. Por força de suas atividades empresariais, ele possui um cartão de crédito ilimitado, com validação fora do país, emitido por instituição financeira transnacional com autorização para atuar no país. Em determinado momento, as sociedades empresariais das quais participa não atingem as suas metas, gerando prejuízos. Apesar disso, o nível dos seus gastos e transferências externos aumenta, o que gera comunicação preventiva aos órgãos de controle.

Nos termos da Lei nº9.613/1998, a comunicação em resposta à requisição do órgão competente ocorrerá por meio da

- A seção de auditoria
- B gerência especial
- C área de inteligência
- D responsável financeira
- E matriz no Brasil

09. (CESGRANRIO - 2015 - Banco do Brasil - Escriturário - 001) O combate à lavagem de dinheiro tem se disseminado no mundo, tendo

o rápido desenvolvimento de sofisticadas organizações criminosas que utilizam o sistema financeiro para legitimar as suas atuações originariamente ilícitas.

De acordo com a Lei Federal nº 9.613/1998, o crime de lavagem, atualmente, caracteriza-se, entre outras ações, por ocultar valores decorrentes de atos consubstanciados como

- A infrações administrativas
- B infrações penais
- C multas mobiliárias
- D sanções do Banco Central
- E ilícitos civis

10. (IADES - 2014 - FUNPRESP-EXE - Analista Técnico - Auditoria) Quanto às ações de combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, as entidades de previdência complementar deverão

- A manter cadastros e registros dos participantes durante o período mínimo de 20 anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação; prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.
- B manter cadastro atualizado de todos os respectivos participantes no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- C dar publicidade das operações de valores superiores a R\$ 10.000,00, realizadas pela entidade.
- D adotar políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações.
- E manter registro de todas as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro.

Gabarito: 01/C; 02/E; 03/A; 04/E; 05/C; 06/C; 07/A; 08/E; 09/B; 10/D

AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA.

01. (IADES - 2019 - BRB - Escriturário) As entidades representativas das instituições financeiras, a exemplo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), têm envidado esforços para a criação e o aprimoramento contínuo de sistemas de autorregulação destinados a reforçar publicamente o compromisso do setor financeiro com a observância dos princípios da integridade, equidade, transparência, sustentabilidade e confiança, orientando, no relacionamento com o consumidor, o atendimento das necessidades e dos interesses deste de forma justa, digna e cortês, a fim de garantir a respectiva liberdade de

escolha e a tomada de decisões conscientes, sem prejuízo da adoção de políticas e medidas voltadas à responsabilidade socioambiental, prevenção de situações de conflitos de interesse e de fraude, além da prevenção e do combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

No que se refere aos sistemas de autorregulação mencionados, assinale a alternativa correta.

- A Podem ser revogados por ato do Banco Central do Brasil.
- B São aplicáveis a todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, independentemente de vínculo associativo ou adesão voluntária.
- C Decorrem de lei.
- D Constituem-se de recomendações sem força obrigatória, não havendo previsão de aplicação de sanções em caso de descumprimento.
- E A criação, a organização e o funcionamento desses sistemas não dependem de autorização do Banco Central do Brasil.

02. (FCC - 2019 - BANRISUL - Escriturário) O Código de conduta ética do Banrisul prevê expressamente como conduta esperada dos empregados:

- A manter comportamento irrepreensível na vida pública e particular.
- B assumir a integral responsabilidade decorrente dos atos praticados no exercício do cargo ou da função.
- C garantir a impessoalidade no atendimento dos clientes, abstendo-se de executar operações e transações que envolvam parentes ou amigos próximos.
- D zelar, no exercício do direito de greve, pela garantia de funcionamento mínimo de sua área de atuação.
- E observar a prioridade de atendimento dos clientes correntistas em relação aos não correntistas.

03. (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Acerca do tratamento dado pelo Código de Conduta Ética do Sistema Financeiro Banestes (SFB) ao regime de presentes e outros benefícios recebidos pelos seus profissionais, analise as afirmativas a seguir.

- I. É dever do profissional do SFB recusar presentes, favores, promessas, valor em espécie, benefícios, serviços e materiais, de quem quer que seja, para si ou para terceiros, que possam representar benefício pessoal.
- II. É permitido ao profissional do SFB aceitar franquia na participação em eventos institucionais e refeições com objetivo estritamente comercial e relevante para os

26 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

negócios do SFB, desde que não sejam frequentes, e, se possível, de promoção recíproca entre as partes.

- II. Caso o profissional do SFB receba presentes que excedam ao valor de R\$ 100,00, deve informar, por escrito, e entregá-lo mediante recibo ao Conselho de Conduta Ética, para oportuna destinação a instituições filantrópicas, a critério dos servidores lotados no mesmo órgão administrativo do donatário.

Está correto o que se afirma em:

- A somente II;
- B somente III;
- C somente I e II;
- D somente I e III;
- E I, II e III.

- 04.** (FGV - 2018 - Banestes - Técnico Bancário) Em 2008 foi constituído um sistema de normas pelas próprias instituições financeiras, com compromissos de conduta estabelecidos para que o mercado atue de forma ainda mais eficaz, clara e transparente, em benefício do consumidor e da sociedade.

O comprometimento com as normas em questão é voluntário por parte das instituições financeiras brasileiras, sendo um exemplo de:

- A adequação ao acordo da Basileia;
- B cumprimento das resoluções do Banco Central;
- C supervisão bancária;
- D autorregulação bancária;
- E cumprimento das normas do mercado de capitais.

- 05.** (CESPE - 2016 - FUNPRESP-JUD - Analista - Controle Interno/Auditoria) No que se refere aos investidores qualificados e não residentes e aos títulos corporativos, julgue o item subsequente. O imposto de renda incide regressivamente, até o limite de 10%, sobre os rendimentos decorrentes de investimentos em letra de crédito imobiliário.

- 06.** (Makiyama - 2015 - Banestes - Analista de Tecnologia da Informação - Suporte e Infraestrutura) Com base no Guia de Conduta Ética do Sistema Financeiro Banestes, pode-se afirmar que são padrões de conduta no Relacionamento com os Clientes os dispostos a seguir, COM EXCEÇÃO DE:

- A Receptividade às opiniões dos clientes para a melhoria do atendimento, dos produtos e serviços.
- B Atendimento digno, com cortesia, eficiência e respeito, oferecendo informações claras, precisas e transparentes.
- C Satisfação dos clientes e respeito aos seus direitos, buscando soluções que atendam aos

interesses e necessidades, sempre em conformidade com os objetivos de desenvolvimento, segurança e rentabilidade da Instituição.

- D Tratamento preferencial a quem quer que seja, sempre por sentimento pessoal, mas nunca por interesse.
- E Ausência de atitudes que estimulam a transferência de contas de clientes por motivo de o relacionamento Gerente x Cliente se sobrepor ao relacionamento Banestes x Cliente.

- 07.** (Makiyama - 2015 - Banestes - Analista de Tecnologia da Informação - Suporte e Infraestrutura) No tocante aos Princípios Éticos Funcionais dispostos no Guia de Conduta Ética do Sistema Financeiro Banestes, o profissional que presta serviços a essa instituição deve capacitar-se para desempenhar as suas atribuições, mantendo-se atualizado (...).

De acordo com o guia, o profissional pode manter-se atualizado pela:

- I Leitura dos normativos internos;
- II leitura de matérias especializadas;
- III participação em treinamentos ofertados pelo Sistema Financeiro Banestes;
- IV participação em treinamentos não necessariamente ofertados pelo Sistema Financeiro Banestes.

Está DE ACORDO com o Guia o exposto em:

- A I, II e III, apenas.
- B III e IV, apenas.
- C I, II e IV, apenas.
- D I, II, III e IV.
- E II, III e IV, apenas.

- 08.** (FCC - 2011 - Banco do Brasil - Escriturário - Ed. 02) O Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) dispõe que

- A as normas do seu código abrangem produtos destinados a pessoas jurídicas.
- B comunicação eficiente e respeito ao consumidor são princípios a serem observados.
- C sua administração é feita em conjunto com representantes dos clientes.
- D suas regras são revisadas semestralmente pelo Banco do Brasil.
- E suas regras conflitam com os princípios do Código de Defesa do Consumidor.

- 09.** (FCC - 2011 - Banco do Brasil - Escriturário) O Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) estabelece que

- A as normas do seu código se sobrepõem à legislação vigente, inclusive ao Código de

Proteção e Defesa do Consumidor.

- B não será processada qualquer demanda e/ou reclamação de caráter individual.
- C todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional podem solicitar para dele participar.
- D o monitoramento das condutas dos bancos será feito pelo Banco Central do Brasil.
- E as normas do seu código abrangem apenas determinados produtos e serviços ofertados pelas instituições signatárias.

10. (CESPE - 2008 - Banco do Brasil - Escriturário - 002) Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. No que se refere aos bancos comerciais, julgue os itens a seguir.

Na denominação dos bancos comerciais, é vedado o uso da palavra "Central".

Gabarito: 01/E; 02/B; 03/E; 04/D; 05/E; 06/D; 07/D; 08/B; 09/B; 10/C

SIGILO BANCÁRIO: LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2001 E SUAS ALTERAÇÕES.

01. (CESPE CEBRASPE - MPCE - Promotor de Justiça/2020) De acordo com a Lei Complementar n.º 105/2001, as instituições financeiras devem conservar o sigilo de suas operações, sendo uma violação desse dever

- A a revelação de informações sigilosas, ainda que com o consentimento expresso do interessado.
- B a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, sem ordem judicial.
- C a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, ainda que observadas as normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.
- D o fornecimento, a gestores de bancos de dados, de informações financeiras relativas a operações de crédito adimplidas, para formação de histórico de crédito.

02. (Secretaria Goiás - Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) M.M. Alves, Auditor-Fiscal da Receita Estadual, autoridade competente para a prática de todos os atos de fiscalização de tributos estaduais nas empresas do Estado de Goiás, estava legalmente na posse de informações sigilosas, protegidas pela Lei

Complementar no 105/01, e relacionadas com contribuinte goiano que estava sendo fiscalizado por ele. Contrariamente ao que determina a referida lei, M.M. Alves utilizou e viabilizou a outras pessoas a utilização indevida dessas informações. Em razão disso,

- A esse Auditor-Fiscal não responderá pelos danos decorrentes de seus atos, se não ficar comprovado que ele agiu com dolo, fraude ou simulação, mas a entidade pública será responsabilizada objetivamente.
- B esse Auditor-Fiscal responderá subsidiariamente pelos danos decorrentes de seus atos, desde que não seja possível responsabilizar, em primeiro lugar, objetivamente, a entidade pública.
- C esse Auditor-Fiscal responderá pessoal e diretamente pelos danos decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade objetiva da entidade pública, quando comprovado que o servidor agiu de acordo com orientação oficial.
- D esse Auditor-Fiscal não responderá pelos danos decorrentes de seus atos, se ficar comprovado que ele agiu de acordo com orientação oficial.
- E a entidade pública não será responsabilizada por danos causados, ainda que o servidor tenha agido de acordo com orientação oficial sua, se ficar comprovado que o referido Auditor-Fiscal, tendo conhecimento da ilicitude de seu comportamento, mesmo assim agiu com dolo, fraude ou simulação.

03. (IADES - 2019 - BRB - Advogado) Acerca da Lei Complementar nº 105/2001, que dispõe quanto ao sigilo das operações de instituições financeiras, assinale a alternativa correta.

- A O dever de sigilo não é aplicável à BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, tendo em vista que ela não é considerada instituição financeira.
- B O Fisco não pode requisitar diretamente ao BRB informações a respeito da movimentação bancária dos respectivos clientes, independentemente de autorização judicial.
- C Mediante a decisão fundamentada do respectivo presidente, uma CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal pode requisitar ao BRB informações a respeito da movimentação bancária de clientes da instituição financeira.
- D As operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo de que trata a referida lei complementar de acordo com jurisprudência do STJ.
- E O dever de sigilo não é aplicável às empresas de fomento mercantil (factoring), tendo em vista que elas não são consideradas instituições financeiras.

04. (FCC - 2018 - SEFAZ-SC - Auditoria e Fiscalização (Prova 2)) Conforme estabelece a

28 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

Lei Complementar nº 105/2001, que trata de sigilo das operações de instituições financeiras,

- A são consideradas instituições financeiras, para fins do disposto na referida lei, entre outros, as bolsas de valores, as bolsas de mercadorias, as cooperativas agropecuárias, as cooperativas de trabalho e as administradoras de vale refeição e alimentação.
- B a quebra do sigilo poderá ser decretada por autoridade policial ou judicial para apuração de ilícito penal, apenas se tal ilícito for de natureza grave ou gravíssima.
- C a prestação de informações por parte das instituições financeiras, destinadas a instruir inquéritos e apurar responsabilidade por infrações, depende de prévia autorização do poder judiciário, qualquer que seja a pessoa e o objeto da apuração.
- D os agentes fiscais tributários dos Estados somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- E a quebra de sigilo de operações financeiras, listadas na referida lei, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão de quatro a oito anos e multa.

05. (IBADE - 2017 - PC-AC - Delegado de Polícia Civil) Acerca do sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar nº 105/2001), pode-se afirmar:

- A Independe de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições.
- B A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial.
- C A revelação de informações sigilosas, mesmo com o consentimento expresso dos interessados, constitui violação do dever de sigilo.
- D O sigilo, inclusive quanto a conias de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras, pode ser oposto ao Banco Central do Brasil.
- E A quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas nesta Lei Complementar, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de detenção, de um a quatro anos.

06. (CESPE / CEBRASPE - TRE-PE/2016) Lei

Complementar n.º 105/2001

Art. 6.º As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames forem considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

- Conforme o entendimento do STF, o dispositivo anteriormente transcrito
- A fere o direito à privacidade e à intimidade.
- B é inconstitucional, pois o acesso a dados bancários pelo fisco depende de autorização judicial.
- C não ofende o direito ao sigilo bancário.
- D trata especificamente da quebra de sigilo bancário.
- E baseia-se no princípio da transparência dos tributos.

07. (FCC - 2015 - SEFAZ-PE - Julgador Administrativo Tributário do Tesouro Estadual - Conhecimentos Específicos) De acordo com a Lei Complementar n o 105/2001, **NÃO** constitui violação do dever de sigilo

- I. a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- II. o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- III. a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.

Está correto o que se afirma em

- A I, II e III.
- B I, apenas.
- C II, apenas.
- D I e II, apenas.
- E III, apenas.

Gabarito: 01/E; 02/C; 03/D; 04/D; 05/B;06/C; 07/A;

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 E SUAS ALTERAÇÕES.

01. (Quadrix - 2021 - CRECI - 14ª Região (MS) - Advogado) A Lei Geral de Proteção de dados dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Com relação às disposições legais contidas no referido ato normativo, julgue o item.

I Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, com a estrita finalidade de realização de estudos e pesquisas, desde que observada a ética e as normas de tratamento de dados pertinentes.

II É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, com o objetivo exclusivo de prevenção de fraudes.

02. (VUNESP - 2020 - EBSEH - Analista de Tecnologia da Informação) A Lei Geral de Proteção de Dados considera como dados pessoais sensíveis os dados sobre

A contas bancárias.

B viagens realizadas.

C formação acadêmica.

D origem racial ou étnica.

E numeração de documentos.

03. (CESPE / CEBRASPE - 2020 - Ministério da Economia - Tecnologia da Informação) Segurança da Informação e Proteção de Dados - Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

I Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, sendo autorizada a sua conservação para a finalidade de estudo por órgão de pesquisa, sendo garantida, sempre que possível, a anonimização desses dados.

II A referida lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins econômicos.

III Entre os fundamentos que disciplinam a proteção de dados pessoais no Brasil, estão o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa e a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

04. (AOCP - 2020 - MJSP - Cientista de Dados - Big Data) Nos termos da Lei Brasileira que trata da Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, a respeito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assinale a alternativa

correta.

A A natureza jurídica da ANPD é permanente, podendo ser transformada pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.

B Ato do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações disporá sobre a estrutura regimental da ANPD.

C Não é da competência da ANPD apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de reclamação ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação.

D Os valores apurados na venda ou no aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade não constituem receitas da ANPD.

E Os cargos em comissão e as funções de confiança da ANPD serão remanejados de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

05. (AOCP - 2020 - MJSP - Cientista de Dados - Big Data) Segundo a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, a transferência internacional de dados pessoais é permitida nas seguintes situações, EXCETO

A para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei específica.

B quando a autoridade nacional autorizar a transferência.

C quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

D quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades.

E quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internos.

06. (AOCP - 2020 - MJSP - Cientista de Dados - Big Data) Resolvi errado!

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.709/2018, que trata da Proteção de Dados, quanto aos princípios e sua conceituação legal, que, juntamente com o princípio da boa-fé, deverão ser observados nas atividades de tratamento de dados pessoais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Livre acesso: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o

30 CONHECIMENTOS BANCÁRIOS – 200 QUESTÕES ORGANIZADAS POR ASSUNTO

cumprimento da finalidade de seu tratamento.

II. Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

III. Adequação: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. IV. Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

A Apenas II e IV.

B Apenas I e III.

C Apenas I e II.

D Apenas II e III.

E I, II, III e IV.

07. (AOCP - 2020 - MJSP - Analista de Governança de Dados) Big Data - Considerando o que dispõe a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, assinale a alternativa correta.

A O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá, dentre outras hipóteses, quando se verificar que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

B O titular dos dados pessoais não tem direito de obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a confirmação da existência de tratamento.

C A portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, prevista na Lei nº 13.709/2018, inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

D O titular dos dados pessoais não tem direito de obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

E Ao titular dos dados pessoais não é dado o direito de peticionar em relação aos seus dados, perante a autoridade nacional, contra o controlador.

Gabarito: 01/CE; 02/D; 03/CEC; 04/E; 05/E; 06/A; 07/A

LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO: LEI Nº 12.846/2013

01. (FGV - 2021 - IMBEL - Analista Especializado - Comprador Técnico) Em relação à responsabilização objetiva, administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, de acordo com a Lei

nº 12.846/13, assinale a afirmativa correta.

A A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes e administradores.

B Quando há cisão, as sucessoras serão responsabilizadas somente pelo pagamento da multa devida, na proporção do patrimônio líquido.

C As pessoas jurídicas serão responsabilizadas pelos atos contra a Administração Pública apenas quando estes foram praticados exclusivamente em seu benefício.

D Quando há fusão e incorporação, a sucessora será responsabilizada e sobre ela serão aplicadas as sanções previstas em Lei e o pagamento da multa devida, quando aplicável.

E As sociedades controladoras, controladas e coligadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos contra a Administração Pública, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e à reparação integral do dano causado.

02. (FUNDATEC - 2021 - Carris Porto-Alegrense - Auditor) De acordo com as disposições do Art. 16 da Lei nº 12.846/2013, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar determinado acordo com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, previstos na referida lei, que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo. Tal acordo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, a determinados requisitos estabelecidos na referida lei. Esse acordo não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado. A celebração desse acordo isentará a pessoa jurídica das sanções previstas na referida lei e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável. A celebração desse acordo interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida Lei. Como se denomina esse acordo?

A Acordo da Basileia.

B Acordo da República.

C Acordo de Renúncia.

D Acordo de Leniência.

E Acordo de Culpabilidade.

03. (FEPESE - 2020 - Prefeitura de Itajaí - SC - Advogado) Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Anticorrupção no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

A Não será levada em consideração na aplicação das sanções a consumação ou não da infração,

nem a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações.

- B As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade, enquanto os dirigentes ou administradores serão responsabilizados objetivamente.
- C O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- D Na esfera administrativa, será aplicada multa à pessoa jurídica considerada responsável pelas práticas ilícitas, no valor de 1 a 50% do faturamento bruto.
- E A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

04. (VUNESP - 2020 - Câmara de Boituva - SP - Analista Jurídico) Certa pessoa jurídica privada é acusada de praticar ato lesivo a autarquia municipal de Boituva consistente em fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório público e oferecer vantagem indevida a agente público. Levando em conta o caso hipotético e considerado o disposto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa correta:

- A É possível a responsabilização, na esfera administrativa, da empresa em questão, o que afasta a possibilidade de responsabilização na esfera judicial.
- B Caso ocorra a responsabilização da empresa na esfera administrativa, com a imposição de multa em percentual do faturamento, estará a empresa automaticamente desobrigada com relação à reparação integral do dano causado.
- C A responsabilização da empresa na esfera administrativa afasta a possibilidade de responsabilização individual dos dirigentes ou administradores partícipes dos atos ilícitos.
- D A lei prevê a possibilidade de celebração de acordo de leniência, com identificação dos envolvidos e obtenção de informações, o que implica na isenção das sanções e exime a pessoa jurídica da obrigação de reparação dos danos causados.
- E É possível a propositura de ação judicial com vistas à aplicação, dentre outras, das sanções de suspensão ou interdição parcial das atividades e dissolução compulsória da pessoa jurídica.

05. (IDIB - 2020 - Prefeitura de Jaguaribe - CE - Auditor de Controle Interno) Considerando os preceitos da Lei 12.846/2013, assinale a alternativa que não apresenta ato lesivo à administração pública.

- A utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos

praticados, comprovadamente

- B financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos lícitos, comprovadamente
- C manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública
- D impedir a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público

06. (VUNESP - EsFCEEx - Oficial - Área Administração/2020) A Lei de Combate à Corrupção (Lei nº 12.846/2013) trouxe importantes avanços para proteção da Administração Pública e responsabilização dos agentes praticantes de ilícitos.

Dentre esses avanços, cita-se a

- A isenção de sanções caso a pessoa jurídica adote procedimentos de compliance.
- B responsabilização da pessoa jurídica em detrimento da responsabilização dos dirigentes participantes do ilícito.
- C responsabilização dos dirigentes participantes do ilícito ao invés da responsabilização da pessoa jurídica.
- D impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica sem a responsabilização individual.
- E responsabilização da pessoa jurídica independentemente da responsabilização individual.

07. (UNILAB - UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB – Auditor) Acerca da responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública no país objeto da Lei 12.846/2013, é correto afirmar:

- A a responsabilidade das pessoas jurídicas é de natureza subjetiva.
- B os dirigentes serão responsabilizados por atos ilícitos na proporção da culpabilidade da pessoa jurídica gerida.
- C a constituição de sociedade de fato ou sem residência no país impede a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas.
- D a Controladoria Geral da União (CGU) possui competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.
- E a Lei 12.846/2013 não caracterizou a possibilidade de responsabilização ante a ocorrência de transformação societária da pessoa jurídica envolvida no ato delituoso.

Gabarito: 01/E; 02/D; 03/C; 04/E; 05/B; 06/E; 07/D;

DECRETO Nº 8.420/2015 E SUAS ALTERAÇÕES.

01. (FUNDATEC - 2017 - BRDE - Analista de Projetos - Área Econômico - Financeira) De acordo com o Decreto nº 8.420/2015, consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A que termo se refere a descrição acima?

- A Sistema de Controles Internos.
- B Sistema de Combate a Atos Ilícitos Contra a Administração Pública.
- C Programa de Integridade.
- D Política de Governança Corporativa.
- E Processo Administrativo de Responsabilização.

02. (CESGRANRIO - 2018 - Petrobras - Contador Júnior) De acordo com o Decreto no 8.420/2015, a apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei no 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de

- A Especialização
- B Fixação
- C Contribuição
- D Responsabilização
- E Proporcionalização

03. (FUNDATEC - BRDES - Analista de Projetos - Área Econômico/2017) De acordo com o Decreto nº 8.420/2015, consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A que termo se refere a descrição acima?

- A Sistema de Controles Internos.
- B Sistema de Combate a Atos Ilícitos Contra a Administração Pública.
- C Programa de Integridade.
- D Política de Governança Corporativa.
- E Processo Administrativo de Responsabilização.

04. (FUNDATEC - SULGAS - Técnico de Nível Médio - Área Técnico em Gás/2018) O Decreto nº 8.420/ 2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Ao tratar-se sobre o prazo para a conclusão do PAR (Processo administrativo de Responsabilização), que não excederá cento e oitenta dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada, o que poderá ser realizado pelo presidente em exercício?

- I. Propor à autoridade instauradora a suspensão cautelar dos efeitos do ato ou do processo objeto da investigação.
- II. Solicitar a atuação de especialistas com notório conhecimento, de órgãos e entidades públicas ou de outras organizações, para auxiliar na análise da matéria sob exame.
- III. Solicitar ao órgão de representação judicial ou equivalente dos órgãos ou entidades lesados e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão, no país ou no exterior.

Quais estão corretas?

- A Apenas III.
- B Apenas I e II.
- C Apenas I e III.
- D Apenas II e III.
- E I, II e III.

Gabarito: 01/C; 02/D; 03/C; 04/B;

SEGURANÇA CIBERNÉTICA: RESOLUÇÃO CMN Nº 4.658, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

01.(CFC - 2019 - CFC - Auditor Independente - BCB) A Resolução CMN nº 4658, de 26/4/2018, estabeleceu normas sobre política de segurança cibernética e requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem observar. Para tanto dispõe, entre outras exigências, que a aprovação da política de segurança cibernética deve ser realizada até 6 de maio de 2019, devendo contemplar alguns princípios.

Sobre esse assunto, identifique os princípios abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Os objetivos de segurança cibernética da instituição.
- II. Os procedimentos e os controles adotados para reduzir a vulnerabilidade da instituição a

incidentes e atender aos demais objetivos de segurança cibernética.

- III. Os controles específicos, incluindo os voltados para a rastreabilidade da informação, que busquem garantir a segurança das informações sensíveis.
- IV. O registro, a análise da causa e do impacto, bem como o controle dos efeitos de incidentes relevantes para as atividades da instituição.

Estão CERTOS os itens:

- A I, II, III e IV.
B I, II e III, apenas.
C I, III e IV, apenas.
D II, III e IV, apenas.

Gabarito: 01/A

ÉTICA APLICADA: ÉTICA, MORAL, VALORES E VIRTUDES

02. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário - Administrativo) Com relação à ética, à moral e às virtudes, bem como às suas aplicações no contexto de empresas e organizações públicas, assinale a opção correta.

- A Uma cultura empresarial pode ser caracterizada pela ética na medida em que seus valores, e não as pessoas que integram a organização ou os produtos e serviços por ela oferecidos à sociedade, apresentam tal característica.
- B Condutas éticas são aprendidas somente no contexto familiar. Dessa forma, um sistema de desenvolvimento, monitoramento e controle dos ambientes interno e externo de uma organização é ineficaz para detectar pontos que possam causar uma conduta antiética.
- C Ao analisar a ética da virtude, pesquisas mostram que as empresas que possuem culturas fracas costumam prezar valores como fidelidade e justiça, enfatizando o bem-estar das pessoas e o sentido de pertencer a algo, promovendo a lealdade.
- D Pessoas são caracterizadas, entre outras coisas, por suas virtudes e pelos seus vícios, sendo que ambos pressupõem valores que, se não forem traduzidos em ações, perdem seu sentido.
- E A responsabilidade pelas condutas éticas das empresas públicas se restringe à alta administração e aos gerentes, pois eles são responsáveis pelas principais decisões nas empresas.

03. (Nossa Caixa 2011 - FCC - Analista de Sistemas I) A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

- A. A vida ética realiza-se no modo de viver

daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.

- B. Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego *mos* e significa comportamento, modo de ser, caráter.
- C. Virtude deriva do latim *virtus*, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.
- D. A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.
- E. Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz.

04. (ANEEL 2010 - CESPE - Técnico Administrativo - Área 2)

1 O parlamentar norte-americano Jabez L. M. Curry,

defensor dos direitos à educação, fez o seguinte comentário: "Para que possa prosperar, um país precisa ser construído sobre fundamentos de caráter moral, e este caráter é o elemento principal

5 de sua força — a única garantia de sua permanência e sua prosperidade". O mesmo pode ser dito a respeito dos negócios, da família, do serviço público ou de qualquer empreendimento que você queira ver prosperar e durar. Este fundamento, porém, não pode ser construído pela organização como um todo. Deve começar

10 a partir de cada indivíduo. E precisa ser levado adiante, apesar das pressões contínuas para que se aja sem nenhuma preocupação com a ética.

Internet: www.mundocristao.com.br (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca da ética e da moral.

A ética tem como objetivo fundamental levar a modificações na moral, com aplicação universal, guiando e orientando racionalmente e do melhor modo a vida humana.

05. (TRE/BA 2010 - CESPE - Técnico Judiciário - Segurança Judiciária) Normalmente, condutas antiéticas extrapolam os limites das relações interpessoais e se tornam objeto de política, fomentando a elaboração de códigos de ética de grupos profissionais, como os servidores públicos. A respeito da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

A formação ética se impõe nas profissões porque os conhecimentos técnico-científicos, por si só, não bastariam ao profissional.

Gabarito: 01/A; 02/D; 03/C; 04/C; 05/C

NOÇÕES DE ÉTICA EMPRESARIAL E PROFISSIONAL.

01. (CESGRANRIO - 2012 - Caixa - Técnico Bancário) Dentre as situações abaixo enumeradas, qual caracteriza comportamento adequado, de acordo com a ética empresarial e profissional?

- A O contador da empresa omitiu dados contábeis para que o lucro da empresa fosse considerado como o previsto pelo mercado financeiro.
- B O presidente de uma instituição financeira recebeu da empresa com quem a instituição mantém negócios implementados pagamentos de viagens e de hospedagem em hotéis luxuosos no exterior
- C O diretor-presidente da empresa YYY cobrava comissões de todas as empresas que firmavam contratos com aquela que era por ele dirigida.
- D Os membros da diretoria de uma empresa, em busca de lucro maior, procederam à reorganização da empresa com corte de empregos ocupados por empregados que não produziam adequadamente.
- E Um dos gerentes da empresa WW contratou, para prestar serviços vultosos, uma empresa vinculada a parentes de sua esposa, sem cotação de preços

02. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário - Administrativo) Questões relacionadas à demissão de colegas, convivência com pessoas que sofrem constantemente de agressões verbais por parte de seus chefes e situações em que erros são expostos diante de todos são algumas das situações desconfortáveis que gerentes de empresas têm de enfrentar. Com relação a esse assunto e aos dilemas éticos nas empresas e no trabalho, assinale a opção correta.

- A A cultura organizacional pode reforçar comportamentos antiéticos por parte dos empregados e, por isso, programas de desenvolvimento da ética são ineficientes para organizações públicas e privadas, tendo em vista que estas não conseguem alterar fatores culturais.
- B A situação em que o indivíduo sofre constantemente agressões verbais e exposição dos seus erros, por parte da chefia, aos seus colegas não traduz comportamento antiético, pois as formas de tratamento variam nos diversos grupos sociais.
- C A moral pode ser compreendida como uma ordenação de valores que orientam os posicionamentos que indivíduos expostos a

situações tomam em função das decisões exigidas pelos dilemas éticos que enfrentam.

- D A responsabilidade social da empresa se limita a aumentar o seu lucro e a maximizar os seus retornos.
- E As comissões de ética, encarregadas de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado no tratamento com o patrimônio público, são obrigatórias em todas as empresas e demais organizações públicas.

03. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário - Administrativo) No contexto da globalização, torna-se cada vez mais importante fomentar e desenvolver relações éticas entre parceiros de negócios, empresas e clientes, considerando as relações em nível empresarial e institucional. Os códigos de ética são mecanismos utilizados nesse desenvolvimento. A respeito da ética empresarial e profissional e da gestão ética nas empresas públicas e privadas, assinale a opção correta.

- A O fato de a empresa conseguir alcançar uma norma internacional garante uma postura ética abrangente da empresa.
- B O Código de Ética da CAIXA contém, fundamentalmente, regulamentação ética de questões relativas a transações financeiras.
- C Um funcionário da CAIXA pode se negar a atender um cliente que apresente comportamento irritado e indelicado.
- D A nova relação de influência, na qual o líder e o seguidor exercem influência mútua, justifica a importância de o líder entender e praticar modelos de comportamento e valores éticos que estimulem seus seguidores.
- E Considere que um empregado de determinado setor permita que um cliente fique, de forma injustificada, à espera da solução de um problema enfrentando longa fila. Nessa situação, a atitude do empregado não pode ser considerada comportamento antiético, já que essa situação independe de sua vontade.

04. (CESPE - 2010 - Caixa - Técnico Bancário - Administrativo) Com relação à ética, à moral e às virtudes, bem como às suas aplicações no contexto de empresas e organizações públicas, assinale a opção correta.

- A Uma cultura empresarial pode ser caracterizada pela ética na medida em que seus valores, e não as pessoas que integram a organização ou os produtos e serviços por ela oferecidos à sociedade, apresentam tal característica.
- B Condutas éticas são aprendidas somente no contexto familiar. Dessa forma, um sistema de desenvolvimento, monitoramento e controle dos ambientes interno e externo de uma organização é ineficaz para detectar pontos que possam causar uma conduta antiética.

- C Ao analisar a ética da virtude, pesquisas mostram que as empresas que possuem culturas fracas costumam prezar valores como fidelidade e justiça, enfatizando o bem-estar das pessoas e o sentido de pertencer a algo, promovendo a lealdade.
- D Pessoas são caracterizadas, entre outras coisas, por suas virtudes e pelos seus vícios, sendo que ambos pressupõem valores que, se não forem traduzidos em ações, perdem seu sentido.
- E A responsabilidade pelas condutas éticas das empresas públicas se restringe à alta administração e aos gerentes, pois eles são responsáveis pelas principais decisões nas empresas.

Gabarito: 01/D; 02/C; 03/D; 04/D

A GESTÃO DA ÉTICA NAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

01. (INAZ do Pará - 2018 - CORE-MS - Assistente Jurídico) A gestão da Ética nas empresas públicas e privadas, além do alcance dos objetivos operacionais e administrativos, busca a adesão de normas de condutas específicas. Um código de conduta nas empresas apresenta determinadas funções. Que resposta é uma das funções de um código de ética de uma empresa?

- A Função Cognitiva.
B Função de Controle.
C Função Organizacional.
D Função Educacional.

02. (FUMARC - 2015 - Prefeitura de Belo Horizonte - MG - Assistente Administrativo) Acerca da ética na Administração Pública, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A A falta de ética e a corrupção existem em grande escala e os meios convencionais de repressão legal na maior parte do mundo têm apresentado resultados insatisfatórios.
- B A falta de ética não compromete a capacidade de governança, pois não representa risco à sobrevivência das organizações públicas e privadas.
- C A gestão da ética transita em uma trilha bem definida na qual se encontram valores éticos, regras de conduta e administração.
- D As ações de promoção da ética tendem a ser vistas, em boa parte, como ações direcionadas a organizações corruptas e indivíduos sem ética.

03. (CETREDE - 2019 - Prefeitura de Juazeiro do Norte - CE - Enfermeiro Infectologista) São características da Ética e da Moral.

- I. A Ética, em sua dimensão teórica, não é uma prescrição de princípios definidos abstratamente. Seu conteúdo é a prática ético-moral dos homens.
- II. A Ética é a referência valorativa que estabelece os parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade.
- III. A reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da Filosofia, tendo por objeto a moral.
- IV. A moral tem sua gênese na capacidade ética de criar valores que servem de referência à conduta dos indivíduos em sua convivência social.
- V. Todo ato moral supõe uma relação moral com o outro, com os grupos ou com a comunidade.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- A I – II – III.
B II – III – IV.
C I – II – III – V.
D I – III – IV.
E I – II – III – IV – V.

04. (FGV - 2018 - COMPESA - Assistente de Saneamento e Gestão) No que diz respeito à conduta ética junto à clientela profissional, analise as afirmativas a seguir.

- I. O segredo profissional, ou seja, o que se vem a conhecer de íntimo e pessoal no exercício da profissão, somente pode ser utilizado para melhor prestação do serviço, sem qualquer outra exceção.
- II. Nada impede que se preste o serviço a preço menor do que o usualmente praticado pelo mercado ou mesmo gratuitamente, caso haja necessidade financeira do usuário do serviço.
- III. Se o serviço solicitado pelo usuário é, do ponto de vista técnico, menos seguro que uma alternativa, é dever do profissional esclarecer o cliente sobre as inconveniências existentes e os procedimentos para melhor execução.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
B III, apenas.
C I e III, apenas.
D II e III, apenas.
E I, II e III.

Gabarito: 01/A; 02/B; 03/E; 04/D

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO BANCO DO BRASIL (DISPONÍVEL NO SÍTIO DO BB NA INTERNET).

Sem referência de questões.